

Emprego

**TCC/UNICAMP
P127e
1290003104/IE**

SIDADE ESTADUAL DE CAM
INSTITUTO DE ECONOMIA



EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO FORMAL EM CAMPINAS

ANY KEITE PACKER

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Proni, Marcelo Weishaupt

CAMPINAS
2006

CEDOC/IE

200636099

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos professores que contribuíram para o desenvolvimento desta monografia. Primeiramente, o meu professor orientador, Dr. Marcelo Weishaupt Proni, que, desde meu projeto de Iniciação Científica esteve sempre me auxiliando e ensinando. Em seguida, os professores Dr. Wilson Cano e Dr. Carlos Américo Pacheco, que contribuíram com suas entrevistas para que meu trabalho ficasse mais completo. Agradeço também aos professores Fernando Macedo e Denílson Araújo, pela atenção e orientação dadas. Por fim, o professor Dr. Marcio Pochmann, por suas aulas e presença na defesa desta monografia.

Agradeço, ainda, aos meus pais e à minha irmã, que sempre me apoiaram e orientaram para que pudesse aproveitar ao máximo os ensinamentos adquiridos que proporcionaram não apenas a realização deste trabalho, mas também a minha graduação.

Minhas queridas amigas Dayane Rocha, Giovana B. Cunha, Iolanda C. Monteiro, Ana Luiza G. Lodi e Alessandra S. Brito, e meu namorado, Gustavo S. Barbieri, por me auxiliarem com suas palavras de incentivo e por estarem presentes sempre que precisei, também merecem meus sinceros agradecimentos.

Sumário

Resumo.....	3
Introdução.....	4
1. Tendências do mercado de trabalho no Brasil.....	8
1.1. Panorama histórico: a estruturação e a crise do mercado de trabalho urbano.....	8
1.2. Evolução do emprego urbano durante a década de 1990.....	10
1.3. Situação do emprego urbano na década atual.....	12
2. Desenvolvimento, crise e trabalho em Campinas.....	19
2.1. Expansão urbana, industrialização e metropolização.....	19
2.1.1. A formação da Região Metropolitana de Campinas.....	20
2.1.2. Problemas de uma metrópole que cresceu de forma descontrolada	23
2.2. Evolução do mercado de trabalho nas últimas décadas.....	25
2.3. Situação do mercado de trabalho em Campinas no ano 2000.....	29
3. Transformação econômica, emprego e renda na década atual.....	33
3.1. Tendências recentes da economia campineira.....	33
3.2. Evolução recente do emprego formal em Campinas.....	36
4. Conclusão.....	47
5. Referências Bibliográficas.....	50

Resumo

Campinas é uma importante área de desenvolvimento urbano e industrial, mas há poucos estudos sobre as transformações econômicas recentes e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho. Esta pesquisa procurou analisar a evolução recente do emprego formal no Município de Campinas, com o objetivo de discutir suas características e problemas associados à geração de oportunidades ocupacionais e ao nível e à desigualdade dos rendimentos.

A análise focaliza as transformações ocorridas na estrutura do emprego formal entre 2000 e 2005, com base nos dados fornecidos pela RAIS, do MTE. Houve um aumento expressivo da participação feminina, um aumento da idade média dos trabalhadores, assim como uma elevação do nível de escolaridade. Observou-se também uma redução no peso do emprego industrial e/ou em grandes estabelecimentos; e um aumento do emprego no setor terciário e nas pequenas e médias empresas. Por fim, destaque-se que cresceu a participação dos empregados com baixa remuneração (até 2 salários mínimos).

Pode-se concluir que a situação do emprego formal em Campinas tem apresentado uma relativa piora, principalmente na década de 1990, apesar de, a partir de 2004, com a retomada do crescimento econômico mais acelerado, o emprego ter aumentado mais significativamente.

Palavras-chave: emprego, mercado de trabalho, Campinas.

Introdução

O Município de Campinas, sendo uma importante área de desenvolvimento industrial e um centro de serviços produtivos, tem se destacado no conjunto dos municípios brasileiros que passaram por transformações econômicas associadas à reestruturação produtiva e ao novo ambiente macroeconômico. Seu mercado de trabalho tem sofrido, sem dúvida, os efeitos diretos das políticas de liberalização comercial, da elevada taxa de juros, da chamada “guerra fiscal”, do reordenamento jurídico-institucional e dos novos métodos de gestão empresarial.

Para compreender a dinâmica do emprego urbano no Município, é necessário, inicialmente, contextualizar brevemente a evolução do mercado de trabalho no Brasil e identificar as principais transformações ocorridas desde a década de 1970, período de “milagre econômico” e de grande expansão do emprego, para uma situação de reestruturação produtiva e transformação nas relações de trabalho brasileiras, nos anos 90.

Durante a década de 1970, mesmo com um crescimento econômico acelerado e um movimento de gradual estruturação do mercado de trabalho brasileiro, predominava um grande contingente de trabalhadores com baixos salários, consequência da baixa qualificação, da alta rotatividade da mão-de-obra e da grande informalidade (Baltar; Proni, 1996).

Com as condições econômicas mundiais desfavoráveis ao crescimento no início dos anos 80 e diante da adoção de políticas macroeconômicas restritivas (para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos e para o pagamento dos juros da dívida), a economia brasileira passou por um período de recessão. Neste contexto, o desemprego aumentou e o processo de formalização das relações de emprego foi interrompido (Pochmann, 1999).

Ao longo da década de 1980, mesmo com uma maior instabilidade econômica, o emprego formal voltou a se expandir, mas o número de ocupações por conta própria e de assalariados sem registro cresceu de maneira muito mais acelerada. (Cacciamali, 2000). Esta transformação no mercado de trabalho fez que a distribuição da renda nacional se agravasse, visto que os salários tiveram seu poder de compra reduzido (por causa da inflação) e as relações de trabalho sofreram uma expressiva precarização, com o crescimento no número de ocupações informais, com remuneração média bastante inferior à de empregos regulares.

Na década de 1990, num contexto de abertura comercial e baixo crescimento do PIB, ocorreu uma reestruturação produtiva em vários segmentos, levando a importantes transformações no mercado

de trabalho brasileiro. Reduziu-se o emprego na indústria e na construção civil. Seguindo a tendência internacional, observou-se um processo de desverticalização das grandes empresas, inclusive do setor secundário, uma vez que a terceirização de serviços reduziu os custos de produção. Conseqüentemente, um número significativo de micro e pequenas empresas foi criado para oferecer tais serviços, mas com condições de trabalho bem mais precárias, para conseguirem praticar preços competitivos.

A taxa de desemprego ficou ainda maior, já que estas micro e pequenas empresas não conseguiram absorver todo o contingente de mão-de-obra dispensado das atividades nos grandes estabelecimentos. A criação de novas oportunidades de trabalho passou a se basear na expansão do setor terciário – que inclui o comércio, os diferentes serviços e a administração pública – especialmente por meio do assalariamento sem registro (Pochmann, 1999).

Diante desse inchaço do setor terciário, surgiram novas relações de trabalho, principalmente com relação às regras de contratação e demissão, à alocação de mão-de-obra, à jornada de trabalho e às diferentes formas de remuneração (Dieese, 2001). Essas novidades representaram, em geral, uma precarização das relações de trabalho. Também cresceu a informalidade, particularmente em ocupações do comércio e de serviços urbanos destinados às empresas e à população em geral. Por isso, os problemas do mercado de trabalho não se resumiam à questão mais dramática do desemprego.

Podemos dizer que o processo de mudanças estruturais na economia brasileira – ao acarretar uma redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e das próprias instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho (Cacciomali, 2000) – teve impactos muito amplos sobre as condições socioeconômicas da população brasileira. E, no que se refere à dinâmica do mercado de trabalho, não há dúvida de que os problemas verificados na década passada continuavam a se manifestar na década atual (Próni; Henrique, 2003).

Em meio às transformações ocorridas no Brasil, nos anos 70, Campinas se desenvolvia e se consolidava como um pólo industrial, com taxas de crescimento acima da média nacional. Seguindo a tendência brasileira, a crise econômica dos anos 80 afetou o crescimento do setor secundário (indústria de transformação e construção civil), ao passo que o setor terciário veio se desenvolvendo e se modernizando, confirmando a especialização da cidade como ponto estratégico para a localização de empresas comerciais e de serviços de distribuição ou de apoio à atividade econômica (Cano; Brandão, 2002). Nos anos 90, se houve uma modernização da economia de Campinas e Região, com incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais, mas também houve o acúmulo de problemas sociais e ambientais (Fonseca; Davanzo; Negreiros, 2002).

Certamente, tais mudanças tiveram conseqüências sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Estudo realizado por Marcio Pochmann (2002) mostra que vários determinantes contribuíram para isso:

As transformações produtivas, financeiras, comerciais e tecnológicas em curso na implantação de um novo modelo econômico, desde 1990, repercutiram fortemente na RMC, especialmente no interior do mercado de trabalho (Pochmann, 2002:149).

As ocupações geradas na Região foram insuficientes para acompanhar o crescimento da força de trabalho, embora a taxa de crescimento demográfico tenha se reduzido em comparação com as décadas anteriores. Assim, aumentou a taxa de desemprego, que subiu de 5,6% da PEA em 1991 para 15,9% em 2000.

Também foi alterado o perfil do emprego formalizado na RMC: aumentou a participação das mulheres (de 30% para 36%, entre 1989 e 2000), diminuiu a participação dos jovens (o peso dos empregados com menos de 25 anos caiu de 33% para 25%) e melhorou a escolaridade (a porcentagem de empregados com mais de 11 anos de estudo aumentou de 10% para 15%, enquanto a dos com até 4 anos de estudo diminuiu de 41,5% para 18%).

Em termos de renda, o referido estudo aponta que diminuiu a participação dos empregados que recebiam até 3 salários mínimos (39% em 1989 e 35% em 2000) e que houve um aumento dos que recebiam mais de 10 s.m. (de 13% para 16%). Mas, sugere que o poder de compra médio dos salários não aumentou, uma vez que o valor real do salário mínimo não acompanhou a inflação ocorrida no período (Pochmann, op. cit., p. 141-142).

Dois problemas associados ao desempenho do mercado de trabalho devem ser destacados. Em primeiro lugar, aumentou a discriminação de segmentos sociais (mulheres, negros, jovens e baixa escolaridade) cuja inserção no mercado de trabalho permaneceu sendo mais precária. Por outro lado, aumentou o número de chefes de domicílio desempregados ou com baixa remuneração, o que contribuiu para piorar a situação de pobreza na RMC (em 1991, havia 86 mil domicílios abaixo da linha de pobreza; em 2000, havia 106 mil domicílios considerados pobres).

Embora o estudo de Pochmann apresente várias informações relevantes, permanece uma carência de análises mais aprofundadas sobre a estruturação do mercado de trabalho na RMC, mais especificamente no Município de Campinas. Ao mesmo tempo, é importante atualizar a investigação, procurando incorporar as últimas informações disponíveis para a década atual. Em outras palavras, considera-se que algumas mudanças que vêm acontecendo no Município, no que se refere às tendências relacionadas com o mercado de trabalho, não têm sido discutidas.

É neste contexto que deve ser entendida a análise feita neste estudo. Certamente, existem grandes diferenças regionais no que se refere às transformações econômicas e aos seus impactos sobre o mercado de trabalho. A parcela mais dinâmica da estrutura empresarial da cidade de Campinas participou da reestruturação produtiva ocorrida, ao passo que a maioria das empresas sofreu com o baixo crescimento da demanda. O mercado de trabalho foi bastante afetado, especialmente em relação à distribuição setorial dos empregos, aos diferenciais de rendimento no trabalho e às formas de ocupação predominantes. Porém, há pouca bibliografia a respeito da evolução recente do mercado de trabalho no Município, principalmente porque não há muitas fontes de informação adequadas.

Esperando contribuir neste campo de análise, esta monografia apresenta uma visão panorâmica da evolução do mercado de trabalho em Campinas nas últimas décadas do século XX e, em seguida, analisa as transformações ocorridas na estrutura do emprego formal urbano no Município, no período 2000-2005, com o objetivo de examinar problemas e peculiaridades do núcleo melhor estruturado deste mercado de trabalho.

O estudo está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. No próximo capítulo, baseado em revisão bibliográfica, é realizada uma contextualização da evolução do mercado de trabalho no Brasil, diante das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas, assim como suas conseqüências para a estrutura e dinâmica do emprego urbano brasileiro.

Após a análise do contexto nacional, é mostrado como o mercado de trabalho em Campinas foi afetado pela reestruturação produtiva ocorrida, especialmente em relação à distribuição setorial dos empregos, examinando-se também os diferenciais de rendimento no trabalho de acordo com o tipo de ocupação e com os setores de atividade econômica. Ainda no capítulo 2, baseando-se no Censo Demográfico 2000, do IBGE, é feita uma descrição da situação do mercado de trabalho ao final da década passada, enfocando as principais características da estrutura ocupacional no Município.

No capítulo 3, procura-se visualizar a evolução do emprego formal entre 2000 e 2005, destacando a geração de novos postos de trabalho, o comportamento dos rendimentos e mudanças no perfil dos empregados. A fonte de informação utilizada foi a Relação Anual de Informação Social (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, referente aos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Ao final, foi feita uma breve discussão destacando os principais resultados e as tendências recentes observadas no mercado de trabalho campineiro, mais especificamente no que se refere ao seu núcleo de empregos melhor estruturado.

Capítulo 1

Tendências do mercado de trabalho no Brasil

1.1. Panorama histórico: a estruturação e a crise do mercado de trabalho urbano

Até o final da década de 1970, a economia brasileira se destacou pela elaboração de um projeto de industrialização nacional, que fez com que a participação relativa do setor secundário crescesse em relação aos demais setores. Como os empregos na indústria eram os que mais agregavam trabalhadores regulares e formais, foi-se constituindo um novo padrão de emprego no país. Percebeu-se também que um aumento da institucionalização das relações de trabalho, por meio da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e do Estatuto do Trabalhador, garantiu um intenso crescimento no número de postos de trabalho assalariados e com registro. Além disso, o dinamismo econômico no período contribuiu para uma redução dos índices de desemprego (Baltar; Dedecca, s/d).

Assim, desenvolveu-se um núcleo de assalariamento mais estável e de acordo com as leis do trabalho vigentes no país, presentes em sua maioria em grandes empresas privadas, as quais possuem um maior grau de organização. Porém, apesar de o estilo de desenvolvimento adotado ter gerado novas oportunidades ocupacionais, as grandes massas de população desqualificada vindas do campo e o alto crescimento vegetativo da população durante esse período tornaram a precarização inevitável. Desenvolveu-se, ao mesmo tempo, um setor terciário que incorporou uma parcela importante de trabalhadores por conta própria, irregulares e em ocupações que não possuem a segurança legal necessária.

Acrescente-se, ainda, que o crescimento econômico, por ter ocorrido de forma muito acelerada e sem a devida regulação pública, acabou trazendo uma elevada concentração de renda, associada a um movimento de êxodo rural e a um conseqüente aumento da pobreza (Baltar, 1998).

A industrialização e a atração de grandes contingentes populacionais para as regiões mais dinâmicas tiveram repercussão sobre a oferta e a procura de mão-de-obra, redefinindo as condições de geração de emprego e renda nas cidades que mais cresciam.

Em suma, o movimento de estruturação do mercado de trabalho urbano, no período de rápido desenvolvimento nacional, esteve marcado por grandes desigualdades regionais e, no interior de cada região ou cidade, por amplas desigualdades sociais. A estruturação diz respeito ao progressivo assalariamento e à dispersão do registro em carteira. Contudo, esse processo estava longe de se

completar, ao final dos anos 70. As características mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro, após um longo período de crescimento acelerado, apontavam para um grande contingente de ocupados com baixos rendimentos, grande dispersão salarial, baixa qualificação, alta informalidade e elevada rotatividade da mão-de-obra (Baltar; Proni, 1996).

O contexto econômico mundial, no início dos anos 80, levou a economia brasileira a um período de recessão, devido à crise da dívida externa. Para poder pagar os juros da dívida, o governo federal teve de adotar uma política macroeconômica que possibilitasse um aumento nas exportações, além de uma redução de importações, de modo a garantir um superávit no Balanço de Transações Correntes. Contudo, até 1983, a recessão industrial afetou bastante o mercado de trabalho, causando um aumento muito grande dos níveis de desemprego.

Durante a década de 1980, a evolução do produto global “só não foi tão desfavorável porque houve maior participação da agropecuária, comércio e prestação de serviços, além do aumento das exportações” (Baltar, 1998:130). Neste contexto, interrompeu-se o processo de formalização das relações de emprego.

Em decorrência do crescimento nas taxas de inflação e da ciranda financeira, prevaleceu uma instabilidade econômica que, conseqüentemente, levou a uma grave deterioração do mercado de trabalho, pronunciando-se uma ruptura de sua tendência geral de estruturação (Pochmann, 1999). O emprego registrado apresentou uma pequena expansão, acompanhando o retorno ao crescimento econômico, mas o número de ocupações por conta própria e de assalariados sem registro cresceu de forma ainda mais acelerada. (Cacciamali, 2000). Além disso, houve uma drástica redução no poder de compra dos salários, piorando ainda mais a distribuição da renda nacional.

Ao final da década de 80, menos da metade das oportunidades de ocupação corresponde ao emprego formal. O número de empregados de famílias e estabelecimentos muito pequenos e sem qualquer estruturação organizacional aproximou-se bastante do total de empregados formais de estabelecimentos médios e grandes (Baltar, 1998:122-3).

Do ponto de vista regional, a recessão atingiu mais gravemente as áreas industrializadas, o que provocou um agravamento da situação social, particularmente nos maiores centros urbanos do país. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde há mais informação sobre o mercado de trabalho e as condições de vida, os anos 80 foram marcados por uma crise profunda (Proni, 1994).

1.2. Evolução do emprego urbano durante a década de 1990

No início dos anos 90, houve uma forte recessão econômica. Com o intuito de reduzir a inflação, que impedia o desenvolvimento nacional, começou a ser defendida a adoção de políticas sugeridas pelo Consenso de Washington, com mudanças estruturais que previam: a redução da intervenção estatal nas atividades econômicas, a concessão de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada, além da abertura da economia por meio da desregulamentação, da apreciação cambial e do aumento das taxas de juros, de maneira a atrair capitais estrangeiros ao país e promover um maior nível de investimentos (Cacciamali, 2000).

Por meio dessas políticas, foi implementado um programa de estabilização que, num ambiente de baixo crescimento do produto, contribuiu para que os principais grupos econômicos tentassem aumentar ao máximo a sua eficiência, concentrando suas estratégias nas atividades mais competitivas. Assim,

Os efeitos combinados (...) de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional (Pochmann, 1999: 85).

Em relação às medidas adotadas pelo setor privado, tem-se um processo de reestruturação produtiva, caracterizada por uma redução ainda maior no número de postos de trabalho no setor industrial, seguido de um inchamento no setor terciário, na medida em que as condições de emprego e renda vinham tornando-se cada vez mais precárias (Pochmann, 1999).

Com o intuito de aumentarem sua eficiência, as grandes empresas tornam os índices de desemprego ainda mais elevados, cortando o gasto com funcionários e terceirizando atividades, antes realizadas por empregados, que produziam com custos maiores (Baltar, 2003). Normalmente, as empresas que fornecem os serviços terceirizados são menores, pagam salários inferiores, oferecem menos benefícios e geralmente contratam um número de trabalhadores menor do que os demitidos das grandes empresas privadas. Muitos dos trabalhadores demitidos vão para a informalidade, ocupando-se em atividades de menor qualificação e remuneração, o que implica em uma estagnação da produtividade média do trabalho (Cacciamali, 2000).

Mesmo com a recuperação da economia, que se inicia com a implementação do Plano Real, em 1994, o crescimento econômico ainda era insuficiente para promover uma expansão importante no número de empregos formais, de maneira a desacelerar o processo de terciarização pelo qual o mercado de trabalho estava passando (Idem).

O setor secundário, que era responsável pela contratação da maior parte dos empregados celetistas, reduziu ainda mais o número de postos de trabalho, com a perda de participação setorial, em relação ao mercado de bens e serviços. A consequência disso foi uma redução ainda maior da proporção de assalariados com registro em relação aos trabalhadores informais (emprego sem carteira de trabalho e no serviço doméstico remunerado, além de trabalhos por conta própria). Assim, aumentaram as situações de trabalho em condições precárias, que não oferecem garantias de segurança ou permanência no emprego, além de não garantirem direitos básicos, como a aposentadoria, por exemplo (Baltar, 2003).

Este quadro foi agravado com a sobrevalorização cambial, visto que, com o barateamento dos bens importados, as indústrias tiveram que se tornar mais competitivas e reduzir custos, seja por meio da demissão de trabalhadores, seja por meio de uma redução de salários. Por outro lado, a renda real dos consumidores cresceu, aumentando, conseqüentemente, a demanda por trabalhadores do setor de serviços, apesar de serem, em grande parte, irregulares (Cacciamali, 2000).

“A diminuição da produção industrial ocorreu em todas as categorias dos produtos, principalmente com bens de consumo duráveis e de capital” (Baltar, 1998: 137). Isso ocorreu devido à necessidade de aumento de produtividade que as empresas tiveram que realizar para se tornarem mais eficientes, com mudanças na organização do trabalho e introdução de novos processos e equipamentos. É importante destacar que a terceirização de atividades e a importação de bens intermediários permitiram aumentar a produção de bens duráveis de consumo sem, necessariamente, aumentar o emprego na indústria (Baltar, 1998).

Diante de um aumento ainda intenso da população ativa, a eliminação de empregos celetistas e estatutários fez com que o desemprego crescesse em uma proporção relativamente maior para os jovens e os que buscam o primeiro trabalho, consolidando a posição dos adultos já empregados (Baltar, 2003). Os níveis de desemprego se tornaram elevados para certos segmentos mais vulneráveis: negros, homens de idade superior a 40 anos, cônjuges, e mesmo para os de maior escolaridade (mais de 11 anos de estudo).

O tempo médio de desemprego também aumentou, de cerca de 15 semanas em 1989 para 40 semanas em 1999. Em contrapartida, os desempregados vêm tendo menor acesso ao seguro-desemprego, muito possivelmente pela ampliação da precarização do mercado de trabalho, já que estes trabalhadores não têm acesso ao seguro-desemprego, nem a garantias de aposentadoria e ao FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Mattoso, 1999).

Os que conseguiram entrar no mercado de trabalho, mas em postos não regidos pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público, tiveram que continuar nesses empregos ou (...) tentar trabalhos por conta própria, muitos deles, entretanto, não passando de simples alternativas precárias ao desemprego aberto (Baltar, 2003: 143).

Essa dificuldade de encontrar empregos que estão de acordo com as leis trabalhistas levou a uma situação desfavorável aos trabalhadores. As pressões para uma flexibilização dessas leis foram inevitáveis, adaptando-as às práticas adotadas até então, o que reduziu ainda mais os direitos e benefícios dos que conseguia um trabalho assalariado regular (Baltar, 2003).

Em comparação com a década anterior, nota-se que a década de 1990 apresentou uma desigualdade socioeconômica ainda maior, além da redução das possibilidades de consumo das classes médias, conseqüência da crescente concentração de renda proporcionada pelo tipo de política adotada no período. Em relação ao mercado de trabalho, houve um agravamento da situação do emprego urbano. Muitas vagas regulares foram eliminadas, sendo substituídas por empregos irregulares (muitos deles menos qualificados) e por conta própria (Baltar, 1998).

Em suma, pode-se afirmar que houve uma desestruturação do mercado de trabalho urbano nesse período. Além disso, às características básicas do mercado de trabalho apontadas anteriormente, somou-se o desemprego aberto como um problema estrutural nos grandes centros urbanos do País.

1.3 Situação do emprego urbano na década atual

A partir da desvalorização cambial de 1999, a situação do mercado de trabalho no Brasil sofreu novas modificações. A produção e o comércio mundiais entraram em uma fase de crescimento acelerado e, com isso, o País passou a ter um aumento significativo nos níveis de exportações. Isto contribuiu positivamente para o crescimento no nível de emprego brasileiro, com uma elasticidade produto-emprego superior à verificada na década de 90 (Baltar; Krein; Moretto, 2006).

Tabela 1
Varição (%) do PIB pela ótica da demanda

Variáveis	Período		No ano ⁽¹⁾		
	1999-2002	2003-2005	2003	2004	2005
PIB a preços de mercado	2,2	2,6	0,5	4,9	2,3
Consumo das famílias	0,9	1,9	-1,5	4,1	3,1
FBCF	-1,6	2,3	-5,1	10,9	1,6
Exportações	9,7	12,8	9,0	18,0	11,6
Importações (-)	-4,3	7,2	-1,7	14,3	9,5

(1) acumulado em quatro trimestres

Fonte: SCN, IBGE *apud* Amitrano, 2006.

De acordo com a Tabela 1, em 2004, a situação externa favorável se acentuou. Neste ano, as exportações tiveram um aumento de 18%. Apesar de a política macroeconômica adotada permanecer com suas medidas restritivas ao crescimento econômico, com taxas de juros altas para manter o controle da inflação, (Baltar; Krein; Moretto, 2006), as boas condições da economia mundial geraram um importante superávit comercial externo, que incentivou um aumento da produção interna e um crescimento na produtividade, simultaneamente a uma pequena redução dos níveis de desemprego.

Na verdade, a partir do ano 2004, houve uma importante ampliação quantitativa dos ocupados, especialmente dos empregos assalariados com carteira assinada (Pochmann, 2006). Pode-se perceber que há, portanto, uma relação positiva entre a recuperação econômica mundial, o desempenho do setor exportador brasileiro e o aumento no número de ocupações (Dedecca; Rosandiski, 2006).

Diante desta situação econômica favorável à criação de novos postos de trabalho, é importante realizar uma análise da situação do emprego urbano na década atual. Será feita uma comparação das características do mercado de trabalho brasileiro em 2005, com o ano de 1999, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), procurando observar as mudanças ocorridas na oferta de mão-de-obra no País.

Tabela 2
Condição de atividade de acordo com a PIA ampla
Brasil: 1999 e 2005

	1999	2005	1999-2005
Ocupado ¹	90,4	90,7	
Desempregado	9,6	9,3	
População Economicamente Ativa	100	100	
Inativo	31,7	30,8	
Menor de 10 anos	18,9	17,2	
Brasil	100	100	
Ocupado	71.676.219	87.089.976	21,5
Desempregado	7.639.068	8.941.995	17,1
População Economicamente Ativa	79.315.287	96.031.971	21,1
Inativo	50.780.503	56.708.431	11,7
Menor de 10 anos	30.240.681	31.648.218	4,7
Brasil	160.336.471	184.388.620	15,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE².

¹ População que trabalhou na semana de referência.

² Devido a uma mudança de metodologia feita pelo IBGE, em 2005, a área rural de: Rondônia, Amazonas, Acre, Pará, Roraima e Amapá passou a ser considerada na PNAD, sendo que em 1999, tal população não era incluída.

De acordo com os dados da Tabela 2, pode-se perceber um importante aumento da População Economicamente Ativa, superior ao crescimento populacional. Outro dado interessante a ser observado é o aumento da população ocupada, superior ao do número de desempregados, mas muito próximo ao da População Economicamente Ativa. Isso impediu uma redução significativa na taxa de desemprego, visto que a proporção da população desempregada se manteve praticamente constante na primeira metade da década atual: aproximadamente 9% da PEA. Assim, mesmo com o bom desempenho econômico observado a partir de 2004, a taxa de desemprego continua semelhante à do final dos anos 90. E os novos empregos gerados foram, em sua maioria, de baixa qualidade.

A taxa de desemprego nas principais metrópoles brasileiras alcançou níveis máximos de 13% em 2003 e 2004, depois teve uma redução significativa até o final de 2005. A menor taxa, conforme o Gráfico 1, ocorreu em novembro de 2005, de 8,3% da População Economicamente Ativa (Baltar; Krein; Moretto, 2006).

Gráfico 1



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE. Elaboração própria.

Em relação ao tipo de emprego criado, reproduziram-se vagas de baixa remuneração, o que indica uma precarização dos postos de trabalho. Isto explica o desempenho medíocre dos rendimentos no período analisado (Amitrano, 2006). Este comportamento do emprego se deve ao perfil da reinserção externa da economia brasileira, com a retomada do crescimento econômico. Para o Brasil se tornar mais competitivo, o rebaixamento no custo da mão-de-obra foi a solução encontrada por muitos estabelecimentos para conseguir aumentar seu nível de exportações (Pochmann, 2006).

Tabela 3
Posição na Ocupação
Brasil: 1999 e 2005

Posição na ocupação	1999	2005
Empregados com carteira	34,0	37,4
Empregados sem carteira	17,3	17,7
Domésticos com carteira	1,9	2,0
Domésticos sem carteira	5,6	5,6
Conta-própria	4,1	4,2
Empregadores	23,2	21,6
Trabalhadores não-remunerados (mais de 15 h)	9,3	6,8
Trabalhadores para consumo próprio	4,6	4,6
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Analisando apenas a população ocupada, entre 1999 e 2005, nota-se um pequeno aumento na proporção dos empregados com carteira de trabalho. Porém, isso não significou uma redução na proporção de trabalhadores sem carteira, a qual permaneceu praticamente constante inclusive para os trabalhadores domésticos. A redução se deu na proporção de empregadores e de trabalhadores não remunerados (Tabela 3).

Tabela 4
Ocupados por idade
Brasil: 1999 e 2005

Ocupados por idade	1999	2005
Menos de 14 anos	3,5	2,1
15 a 17 anos	5	3,8
18 a 19 anos	4,7	4,2
20 a 39 anos	50,5	50,9
40 a 59 anos	29,9	32,7
60 anos ou mais	6,4	6,3
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Outra característica importante a ser observada no mercado de trabalho brasileiro diz respeito ao amadurecimento etário da população ocupada no Brasil na primeira metade da década atual. Percebe-se uma redução significativa de menores de 18 anos no mercado de trabalho, assim como um aumento na proporção de trabalhadores com idade superior a 40 anos, conforme os dados da tabela 4.

Tabela 5
Ocupados por anos de estudo
Brasil: 1999 e 2005

Anos de estudo	1999	2005
Sem instrução ou menos de 1 ano	12,8	9,6
1 a 3 anos	15,9	11,7
4 a 7 anos	30,9	26,8
8 a 10 anos	15,2	16,5
11 anos ou mais	24,9	35,5
Total	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Elaboração própria.

O aumento nos níveis de escolaridade também é relevante quando são analisadas as transformações ocorridas entre 1999 e 2005 no Brasil. Nota-se um crescimento relativo de trabalhadores com ensino superior (acima de 11 anos de estudo), assim como uma importante redução no número de analfabetos: de 12,8% para 9,6% da população ocupada, conforme mostra a Tabela 5.

Tabela 6
Rendimento médio mensal (R\$ de 2005) dos ocupados, segundo as classes de percentual
Brasil: 1999 e 2005

Percentual das pessoas	1999	2005
Até 10	90,00	84,00
Mais de 10 a 20	194,00	202,00
Mais de 20 a 30	239,00	299,00
Mais de 30 a 40	317,00	322,00
Mais de 40 a 50	410,00	404,00
Mais de 50 a 60	508,00	489,00
Mais de 60 a 70	656,00	609,00
Mais de 70 a 80	890,00	812,00
Mais de 80 a 90	1385,00	1227,00
Mais de 90 a 100	3953,00	3600,00
Mais de 95 a 100	5603,00	5158,00
Mais de 99 a 100	10790,00	10459,00
Total	864,00	805,00

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

Exclui as informações das pessoas sem declaração de rendimento de todos os trabalhos.

Valores inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2005.

Analisando o comportamento dos rendimentos do País, nota-se uma importante redução real dos rendimentos em relação ao final da década de 1990, principalmente para os 50% mais ricos. Apenas os decis entre 10 e 40 tiveram um acréscimo nos rendimentos, conforme a Tabela 6.

Tabela 7
Participação do estoque de empregados, segundo o tempo de serviço
Brasil: 2002-2004

Tempo de serviço	2002	2003	2004
Até 11,9 meses	29,8	29,3	30,5
12 a 23,9 meses	15,8	15,7	15
24 a 59,9 meses	21,5	22,4	22,6
60 meses ou mais	32,9	32,6	31,8
Total	100	100	100

Fonte: RAIS, MTE *apud* Amitrano (2006).

A alta rotatividade da mão-de-obra também é um fator que explica os baixos rendimentos desta década (Amitrano, 2006). Conforme a Tabela 7, observa-se que é muito elevada a proporção de empregados com menos de 1 ano no estabelecimento. Houve uma redução no percentual de trabalhadores que está há mais de cinco anos na mesma empresa: de 32,9%, reduziu-se a apenas 31,8% dos empregados. A substituição de trabalhadores de maior remuneração por um grande número de empregados com salários mais baixos é comum em um contexto de elevação do emprego sem aumento correspondente dos investimentos. A Tabela 1 mostra um crescimento de 2,3% na Formação Bruta de Capital Fixo entre 2003 e 2005, sendo que neste mesmo período, o PIB cresceu 2,6%, o que indica que se geraram empregos para ocupação de capacidade ociosa (Pochmann, 2006).

Observando mais detalhadamente as características do mercado de trabalho nesta década, nota-se que a maior parte das novas ocupações vêm de indústrias e empresas de maior porte e, com isso, os vínculos empregatícios tiveram um maior grau de formalização (Baltar; Krein; Moretto, 2006). Essas novas oportunidades de emprego exigiram um maior grau de escolarização, sem um aumento proporcional na remuneração. (Dedecca; Rosandiski, 2006).

Outra característica relevante desta década diz respeito ao papel mais ativo do Estado, por meio de uma maior fiscalização, melhorando a qualidade do trabalho. Com isso, pode-se concluir que é possível melhorar as condições do mercado de trabalho no País, desde que as instituições estatais tenham uma atitude mais ativa no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista, num contexto de crescimento econômico sustentado (Baltar; Krein; Moretto, 2006).

Apesar disso, Amitrano (2006: 238) afirma que “não há evidências de que esteja em curso uma alteração da característica fundamental do mercado de trabalho brasileiro que consiste em produzir e reproduzir ocupações de baixo rendimento”.

Para que haja uma modificação na estrutura do emprego urbano brasileiro, proporcionando rendimentos compatíveis ao aumento do produto, é necessário haver uma dinamização do mercado consumidor interno, de modo que a dependência em relação ao mercado externo seja menos intensa.

Para isso, devem ser criadas políticas setoriais, que contribuiriam para um aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (Baltar; Krein; Moretto, 2006). É o caso da construção civil, que favoreceria tanto o investimento privado, como o investimento público em infra-estrutura, garantindo oportunidades de emprego às pessoas com baixo nível de escolaridade (Dedecca; Rosandiski, 2006).

Somente por meio de tais políticas setoriais, a economia brasileira seria capaz de constituir um eixo dinâmico pelo lado da demanda doméstica. Sem a construção de tal eixo dinâmico interno torna-se impossível para o País sustentar uma estratégia de crescimento de longo prazo capaz de, nos momentos de baixa do ciclo econômico, compensar eventuais distúrbios ocorridos no plano internacional. (Amitrano, 2006).

Por fim, é importante chamar atenção para os ramos de atividade, nos quais o aumento no nível de emprego formal tem sido mais destacado. Desde a década de 1990, o setor terciário era o que mais empregava no País. A partir do ano 2000, esta tendência continua, uma vez que este setor passou a empregar mais de 71% da população brasileira e em 2005, essa proporção passa dos 72% dos trabalhadores formais. Os setores que mais geram empregos regulares no País continuam sendo a administração pública direta e o comércio varejista, ambas atividades do setor terciário.

Assim, a proporção de trabalhadores permaneceu praticamente constante na indústria de transformação: aproximadamente 18% do total de trabalhadores regulares, sendo que as atividades primárias continuam bastante reduzidas no que diz respeito à geração de vagas formais, conforme mostra a Tabela 8.

Tabela 8
Evolução do emprego por ramo de atividade
Brasil: 1999, 2000, 2003 e 2005

Ramo de Atividade	1999	2000	2003	2005
Agricultura e pecuária	4,1	4,1	4,1	3,9
Extrativa mineral	0,4	0,4	0,4	0,4
Indústria de minerais não metálicos	1,1	1,0	0,9	0,9
Indústria metalúrgica	1,9	1,8	1,8	1,8
Indústria mecânica	1,0	1,1	1,1	1,1
Indústria do material elétrico	0,7	0,7	0,6	0,7
Indústria do material de transporte	1,1	1,1	1,1	1,2
Indústria da madeira e do mobiliário	1,5	1,5	1,4	1,3
Indústria do papel, editorial e gráfica	1,2	1,2	1,0	1,0
Ind. da borracha, fumo, couros	0,8	0,8	0,8	0,8
Ind. química, perfumaria e farmacêuticos	1,9	1,9	1,9	1,9
Indústria têxtil e vestuário	2,6	2,7	2,5	2,5
Indústria de calçados	0,8	0,9	0,9	0,9
Indústria de alimentos e bebidas	3,8	3,8	4,0	4,2
Serviços de utilidade pública	1,2	1,1	1,1	1,0
Construção civil	4,2	4,2	3,5	3,7
Comércio varejista	13,2	13,6	14,6	15,2
Comércio atacadista	2,6	2,6	2,7	2,9
Instituições de crédito e seguros	2,2	2,1	2,0	1,9
Comércio e administração de imóveis	8,7	9,8	9,4	9,5
Transportes e comunicações	5,3	5,3	4,9	5,0
Serv. de alojamento, aliment. e reparação	8,6	8,7	8,8	8,7
Serviços médicos e veterinários	3,7	3,5	3,5	3,4
Ensino	3,5	3,5	3,2	3,1
Administração pública direta	23,9	22,4	23,7	22,7
Total	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS

Esta análise do mercado de trabalho brasileiro é importante para que seja possível compará-la com Campinas, Município em que este estudo é direcionado. A seguir, será apresentada a evolução do emprego urbano da Região Metropolitana de Campinas, a qual é importante para a compreensão das transformações e das características da estrutura do emprego urbano do Município de Campinas.

Capítulo 2

Desenvolvimento, crise e trabalho em Campinas

2.1 Expansão urbana, industrialização e metropolização

Após a compreensão das transformações ocorridas na economia brasileira e seus impactos sobre a estrutura do emprego urbano, é importante analisar as particularidades presentes na Região Metropolitana de Campinas (RMC). A seguir, será feito um relato sobre o processo de urbanização e de metropolização desta região, para que sejam mais bem compreendidas as transformações econômicas ocorridas na metrópole, assim como seus impactos sobre o emprego urbano.

Segundo o professor Wilson Cano (em entrevista concedida em 24.nov.2006), para se tornar uma metrópole, primeiramente, uma cidade deve alcançar um tamanho populacional e um grau de urbanização expressivos. Seus setores produtivos são, naturalmente, mais avançados que os localizados em outras regiões do país. No Brasil, existe uma hierarquização de metrópoles. São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas metrópoles de influência nacional (e até internacional). Campinas, assim como as demais metrópoles brasileiras, são consideradas regionais.

A Região Metropolitana de Campinas é constituída por 19 cidades³, cuja população total, atualmente, aproxima-se de 2,5 milhões de pessoas. Foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, com o objetivo de favorecer uma ação conjunta dos municípios, de modo a buscar a solução dos problemas comuns da região de forma mais eficiente, por meio da formulação de políticas públicas compartilhadas. Para isso, foi criado um Conselho de Desenvolvimento, um órgão constituído pelos prefeitos da região (Alves Filho, 2006).

De acordo com os dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o Produto Interno Bruto (PIB) da RMC ultrapassa os R\$51 bilhões, equivalente a uma renda per capita de US\$ 10,7 mil ao ano, enquanto a renda per capita brasileira é de aproximadamente US\$ 3,5 mil. As informações recentes, a respeito da economia campineira, serão abordadas com maior profundidade no capítulo 3.

³ Os municípios que compõem a RMC são: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

2.1.1 A formação da Região Metropolitana de Campinas

A partir da década de 1930, o Município de Campinas inicia seu processo de urbanização, em decorrência do movimento de interiorização dos investimentos em São Paulo, que passou a impulsionar algumas cidades de médio porte do Estado (entrevista com o professor Pacheco, concedida em 09.nov.2006). Com a abertura e o asfaltamento da Via Anhanguera, no final dos anos 40, esta região passa a ser ainda mais atrativa aos investimentos. É estabelecida uma divisão intra-regional do trabalho, sob o comando do Município de Campinas (Cano; Brandão, 2002).

Nos anos 60 e, principalmente, nos anos 70, Campinas se beneficia das políticas governamentais voltadas ao investimento, com ampliações em sua infra-estrutura: transportes, comunicação, ciência e tecnologia, necessários à crescente população que vinha migrando para a região em busca de oportunidades (Cano; Brandão, 2002). O Município tornou-se, com isso, “um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do Estado” (Cunha et al., 2006: 340), em decorrência da desconcentração dos investimentos na Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 9
Taxa de crescimento demográfico médio anual
Região Metropolitana de Campinas: 1970-2000

	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Brasil	2,48	1,93	1,63
São Paulo	3,49	2,13	1,78
RM Campinas	6,49	3,51	2,54
Campinas	5,86	2,24	1,50
Outros municípios da RM	7,22	4,74	3,34

Fonte: FIBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 *apud* Cunha et al, 2006.

Este crescimento não se deu apenas no Município de Campinas. A partir da década de 1970, as cidades vizinhas passam a ter crescimento populacional significativo, sendo que alguns municípios tiveram um ritmo de crescimento demográfico superior ao de Campinas. Enquanto a população do município aumentou 5,86% ao ano, em média, os demais municípios da RMC tiveram um crescimento de 7,22% a.a., percentual bastante superior a São Paulo e ao restante do país, conforme mostra a Tabela 9.

O crescimento demográfico da região se reduz no decorrer dos anos, mas, segundo dados da Fundação SEADE e do IBGE, nota-se que apesar de ter havido uma diminuição do componente

migratório neste crescimento, mais de 40% do incremento populacional ainda se devia à migração, entre 1991 e 2000 (Cano; Brandão, 2002).

Um dos motivos desta grande taxa de migração em direção a vários municípios em torno de Campinas foi o menor custo de vida, transformando-os em cidades-dormitório. Apesar disso, não pode ser desconsiderada a dinâmica própria do desenvolvimento industrial de algumas cidades-satélite, uma vez que houve uma entrada significativa de indústrias nestes municípios, que lhes proporcionou uma dinâmica própria. É o caso do Município de Americana, o qual chegou a desenvolver uma periferia própria (Cunha et al., 2006).

A população e a produção industrial cresceram a taxas superiores à média nacional, formando uma grande mancha urbana, com áreas conurbadas, constituindo um pólo regional em torno do Município de Campinas (Cano; Brandão, 2002).

De acordo com Cano (entrevista), a grande entrada de investimentos em Campinas gerou um número de postos de trabalho acima da média nacional e estadual, por isso se tornou uma metrópole. Todavia, é importante destacar que a distribuição dos rendimentos e as condições de emprego são semelhantes às verificadas nas demais cidades do Estado.

Nos anos 80, mesmo com a recessão e um ambiente macroeconômico desfavorável à geração de novos investimentos no País, a indústria da Região continuou apresentando importante dinamismo econômico, recebendo um volume significativo de investimentos, acima da média paulista. Grande parte do investimento industrial ocorreu neste período, com o desenvolvimento das áreas de informática, eletrônica e automotiva, assim como o crescimento da indústria têxtil, em torno de Americana. Destacam-se também setores vinculados à agroindústria. Com isso, o peso da RMC na capacidade de geração de Valor Agregado na indústria de São Paulo cresce muito neste período. Assim, a recessão dos anos de 1981, 1982 e 1983 atingiu menos Campinas e região em comparação com a Região Metropolitana de São Paulo. “A RMC continuou crescendo e atraindo investimentos”, conforme explica Pacheco, em entrevista.

Todavia, a partir da segunda metade da década de 1980, Campinas passou a ter uma maior dependência em relação ao desempenho econômico nacional da economia, principalmente do seu contexto macroeconômico. Apesar disso, pode-se afirmar que a RMC continuou tendo um desempenho melhor que o nacional. Segundo Pacheco, em entrevista concedida:

Quando cresce, cresce um pouco mais que o país, quando há recessão, a economia da região é menos atingida. Mas hoje, a diferença é bem menor do que fora no passado. Isso porque o Município deixou de ser um pólo atrativo de investimentos industriais novos, com a consolidação da estrutura metropolitana.

Seu mercado consumidor foi se tornando tipicamente metropolitano. Por ser um Município grande e por estar relativamente próximo à Região Metropolitana de São Paulo, formou-se um setor terciário avançado, considerado um importante centro de prestação de serviços especializados e sofisticados, voltados às áreas de alimentação, hotelaria, entretenimento, entre outras. Com isso, outros setores ganharam dinamismo, o que aumentou a capacidade da região de gerar empregos, renda e impostos, reforçando o papel de Campinas como um pólo regional (Cano; Brandão, 2002).

A crise dos anos 90 fez com que o processo de interiorização dos investimentos, inclusive aqueles voltados à região de Campinas, sofresse uma desaceleração. Todavia, mesmo com o baixo dinamismo econômico nacional, o crescimento da região continuou superior à média paulista (Cano; Brandão, 2002).

Apesar de a economia regional, em média, não ter sofrido grandes impactos com as mudanças no cenário macroeconômico ocorridas no período, a abertura comercial e sua conseqüente reestruturação produtiva causaram uma destruição significativa da capacidade produtiva de alguns municípios. É o caso de Americana e de Nova Odessa, com a crise da indústria têxtil, devido à sua competitividade insuficiente para fazer frente aos preços internacionais, principalmente após a valorização cambial que veio com o Plano Real. A busca por preços compatíveis com mercado internacional levou as indústrias prejudicadas a tomarem políticas de redução de custos, por meio da precarização das relações empregatícias, além da informalização dos postos de trabalho (Idem).

Por outro lado, em geral, a RMC recebeu um volume significativo de IDE, equivalente a US\$5.571,70 milhões, o que contribuiu para o desenvolvimento de determinados setores na Região. Os ramos de atividade que mais receberam investimentos diretos estrangeiros foram os da indústria mecânica e de material de transporte (principalmente para a indústria automobilística), com um volume de US\$1.364,82 milhões, equivalente a 24,5% do total de investimentos recebidos na Região. Os investimentos mais elevados vieram da Honda e da Toyota (Branchi; Figueiredo, 2006).

Outro setor que teve participação significativa no total de investimentos foi o de produção e distribuição de energia elétrica e gás, com um volume de US\$ 965 milhões, o que corresponde aproximadamente 17% do total de IDE na RMC. Além disso, a indústria química (inclusive álcool) e farmacêutica recebeu 856,44 milhões de dólares, equivalente a 15% deste tipo de investimento. São setores, em geral, que possuem rendimento médio superior à média da indústria de transformação. Contratam trabalhadores, em média, mais jovens e de maior escolaridade. Isso se deve ao direcionamento dos investimentos, voltados, em grande parte, à criação de novas unidades, uma vez

que tais empresas preferem treinar trabalhadores mais jovens ao invés de oferecer estas vagas aos mais experientes (*idem*).

Analisando apenas o Município de Campinas, segundo os dados da ACIC (Tabela 10) percebe-se que os investimentos novos foram predominantes, sendo que os setores de telecomunicações, automotivo e de informática foram os que receberam volumes mais expressivos de investimento.

Tabela 10
Investimentos implantados
Campinas: 1998-2003

Empresa	Setor	Tipo	US\$ (milhões de 2004)
Benteler	Automotiva	novo	75,5
Bosch	Automotiva	expansão	44
GT/SCI	Informática	novo	55
Luccent	Telecomunicações	novo	100
Mimo	Higiene pessoal	novo	34
Prodome Farm	Farmacêutica	expansão	51
Qualcomm	Telecomunicações	novo	85
Rhodia	Química	expansão	180
Tess	Telecomunicações	novo	850
Valeo	Automotiva	novo	136

Fonte: Relatório Econômico ACIC, 2004.

As transformações econômicas do Município e da RMC, a partir do ano 2000, serão mais bem explicadas no capítulo 3, no qual serão apresentadas as tendências recentes do emprego.

2.1.2 Problemas de uma cidade que cresceu de forma descontrolada

Campinas, nos anos 50 e 60, era a cidade com melhor padrão de vida no ranking nacional. Era um Município de porte médio para grande, com cerca de 250 mil habitantes. Com a industrialização, na década de 70, passa de 250 mil para um milhão de habitantes, se conurbou com outras cidades limítrofes, se metropolizou e exportou seu padrão de urbanização caótica para os municípios mais próximos, nos quais se reproduzem a miséria, as cidades-dormitório a falta de saneamento básico, a favelização, o crime e a violência (entrevista com Wilson Cano).

Apesar do crescimento econômico expressivo do Município, a infra-estrutura para manter o padrão de vida da população foi insuficiente diante do intenso aumento populacional. Intensificaram-se áreas ocupadas que não possuíam serviços públicos, o que levou a um fenômeno de segregação

espacial da população de baixa renda, com a formação das periferias urbanas (Davanzo; Negreiros, 2006).

Este grave problema se estendeu para grande parte das cidades ao seu redor, com grande crescimento demográfico, cuja população pertence, normalmente, a grupos socioeconômicos de renda inferior. Na verdade, a riqueza foi distribuída de maneira bastante desigual. No núcleo da metrópole, predominaram classes de renda média-alta e alta, visto que estes trabalhadores demandavam empregos de maior qualificação, encontrados, em grande parte, no próprio Município de Campinas. Por sua vez, as periferias foram as responsáveis pela absorção das populações das classes D e E que, em geral constitui a mão-de-obra de baixa qualificação (Cano; Brandão, 2002).

Tabela 11
Índice de Gini médio
1991-2000

Município	1991	2000
Campinas	0,53	0,58
Região Metropolitana de Campinas	0,48	0,52
São Paulo	0,56	0,59
Brasil	0,63	0,65

Fonte: PNUD, Atlas do desenvolvimento Humano *apud* Branchi; Figueiredo, 2006.

Apesar disso, conforme os dados apresentados na Tabela 11, percebe-se que, mesmo com a precarização das condições de vida das cidades-satélite, a desigualdade na distribuição dos rendimentos é superior em Campinas em relação à Região Metropolitana como um todo. Durante a década passada, houve um aumento expressivo na desigualdade dos rendimentos do trabalho em Campinas e na RMC. Mesmo assim, o Gini médio do Município continuava menor que o do Brasil, em 2000.

Segundo o professor do Instituto de Economia da UNICAMP, Ulisses Semeghini, em entrevista dada ao Jornal da Unicamp, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) local está entre os mais altos do Estado de São Paulo, com 0,857 em Vinhedo sendo o maior valor da Região e 0,783 em Monte Mor, sendo este o índice mais baixo (Alves Filho, 2006).

Porém, apesar de menos desiguais, as cidades próximas a Campinas não foram capazes de oferecer a infra-estrutura adequada para a população, que utiliza estes locais como cidade-dormitório por terem custo mais baixo. Conseqüentemente, o número de favelas aumentou, com ocupações tanto em áreas públicas quanto privadas. Mesmo em Campinas, a rápida urbanização e o crescimento populacional fez com que o governo local não provesse os recursos que seus habitantes demandavam,

fazendo com que a periferia do Município também crescesse em condições precárias (Cunha; Jiménez, 2006).

A criação tardia da RMC foi uma tentativa de responder aos problemas gerados pelo crescimento urbano descontrolado, em especial no campo do abastecimento de água, transporte interurbano, habitação, segurança pública e mercado de trabalho.

Um dos limites colocados à gestão e ao enfrentamento da problemática metropolitana refere-se à falta de fiscalidade tributária do Conselho de Desenvolvimento da RMC, órgão deliberativo formado pelos 19 prefeitos da região e pelo mesmo número de representantes do governo do Estado de São Paulo (entrevista com Wilson Cano). Com isso, esse conselho não tem renda própria, é uma entidade sem recursos e sem capacidade de implementação de suas idéias e propostas, visto que este órgão não possui poder de executar os projetos na RMC, o que torna a sua atuação bastante ineficaz (Alves Filho, 2006).

Outro entrave que dificulta um planejamento comum para a resolução destes graves problemas surgidos nos municípios com a metropolização é a diversidade político-partidária entre os 19 municípios da RMC e o governo do Estado, o que dificulta ainda mais decisões comuns para o desenvolvimento de projetos em conjunto.

Os governos estaduais, ao observarem que a região possui tamanho e urbanização expressivos, transformam, por lei, a área em metrópole com o objetivo de promover projetos com os municípios em conjunto, de modo a dar uma assistência de política urbana, de saneamento, industrial, de transporte. O objetivo do reconhecimento legal da Região Metropolitana é tentar fazer um melhor ordenamento das políticas públicas, de modo a resolver os problemas sérios que o local passou a enfrentar, onde apenas a administração pelas prefeituras, sem uma integração regional, é ineficiente. Segundo o professor Wilson Cano, em entrevista concedida: “Infelizmente, no caso brasileiro, a gestão metropolitana ainda se encontra distante de atingir estes objetivos”.

2.2 Evolução do mercado de trabalho nas últimas décadas

A região de Campinas, durante a década de 1970, acompanhando os principais centros do País, passou por um *boom* de desenvolvimento econômico, apresentando um crescimento no setor secundário superior à média do Estado de São Paulo, favorecido por uma expressiva entrada de empresas estrangeiras e seus fornecedores na cidade. Esse imenso investimento industrial permitiu também o desenvolvimento de pequenos e médios estabelecimentos, visto que o setor industrial foi

capaz de gerar um vasto mercado consumidor de serviços que as grandes empresas necessitavam (Cano, 1988).

Não somente o município de Campinas, mas também toda a Região Administrativa de Campinas (RAC) cresceu a taxas superiores à média estadual. O Censo industrial de 1980 mostra que a RAC continha 15,4% da produção industrial paulista e Campinas, 2,5%, sendo que as indústrias que apresentaram o desenvolvimento mais significativo na região foram a metal-mecânica, a indústria química e a farmacêutica (Semeghini, 1988).

Nas décadas seguintes, mesmo com a relativa estagnação da economia nacional, Campinas continuou aumentando sua participação relativa da indústria em relação à média estadual, tornando-se um dos principais centros manufatureiros nacionais. O município de Campinas manteve 2,5% de participação em 1989, mas conseguiu chegar a 3,3% em 1998.

O comércio, assim como o setor secundário, teve um expressivo crescimento, entre 1980 e 1990. Foram construídos inúmeros estabelecimentos comerciais de grande porte, como hipermercados e *shopping centers*. Por sua vez, a ampliação e a consolidação das instituições de ensino geradoras de pesquisas científicas e tecnológicas permitiram o crescimento da oferta de serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados) e de serviços voltados para empresas de consultoria, contabilidade, propaganda, *marketing* etc. Em grande medida, a expansão do setor de serviços foi impulsionada pela força produtiva da cidade: “Campinas é privilegiada para a atração de investimentos em vários segmentos produtivos, notadamente nos de maior complexidade tecnológica” (Cano; Brandão, 2002: 112).

Entretanto, a cidade também sentiu os impactos da abertura comercial e das políticas econômicas restritivas que o Brasil adotara nos anos 1990. A livre concorrência com os mercados estrangeiros, mesmo com o acesso a novas fontes de tecnologia, foi insuficiente para evitar o fechamento de um vasto número de indústrias, em virtude do aumento da quantidade de itens que passaram a ser importados (Cano; Brandão, 2002). As que conseguiram sobreviver se modernizaram, adotando uma tecnologia mais sofisticada que também permitia menores gastos com funcionários. Em consequência, o ritmo de crescimento de postos de trabalho regulares se mostrou inferior à oferta de mão-de-obra.

Os investimentos realizados no setor produtivo, em meio ao enorme excedente de trabalhadores encontrado na região, não demonstraram ser suficientes, a fim de gerar uma quantidade adequada de empregos formais (Pochmann, 2002).

A crise e a reestruturação do setor produtivo que ocorreu nos anos 80 e 90 reduziram o número de empregos regulares na indústria. Em contrapartida, aumentaram as vagas (formais e informais) no

setor terciário. Verifica-se que, no setor industrial campineiro, houve uma queda de 34% entre 1988 e 1998 no número de vagas; no ramo de construção civil, a queda foi de 33%; enquanto no setor terciário houve um crescimento de 56,9%, levando em conta apenas os empregos formais, que nem sempre são maioria neste setor (Cano; Brandão, 2002). Isto mostra uma transição importante no mercado de trabalho: de uma região de dominância anteriormente industrial para uma com o setor de comércio e serviços responsável pela geração da maior parte dos empregos formais.

Tabela 12
Distribuição setorial do rendimento total do trabalho e da população ocupada (%)
Região Metropolitana de Campinas: 1991-2000

Atividade econômica principal	1991			2000		
	% rend. Total	% de ocupados	Rendimento médio	% rend. total	% de ocupados	Rendimento médio
Setor primário	2,94	4,35	415,00	1,94	2,94	613,22
Indústria	38,49	40,80	708,47	29,97	32,89	997,29
Indústria da construção	6,43	8,49	465,38	6,17	8,30	690,59
Produção e distr. de energia	1,65	1,28	795,00	0,87	0,61	1.330,70
Serviços	58,57	54,85	733,07	68,10	64,14	1.007,48
comércio de mercadorias	13,88	12,92	660,17	19,01	17,40	1.011,81
Total da RMC	100	100	614,66	100	100	928,83

Fonte: Censo demográfico de 1991 e 2000, (microdados) *apud* Branchi; Figueiredo, 2006.

A Tabela 12 mostra que o setor de serviços teve um importante aumento em sua participação no total de ocupados: de 55% passou a 64%, sendo que os rendimentos neste setor também são maiores. As instituições de crédito, seguros e capitalização e de comércio e administração de imóveis são um dos setores que melhor remuneraram seus trabalhadores, com a média de R\$942,08 (em R\$ de 2000), ficando atrás apenas do setor de refino de petróleo e carvão, que tem o rendimento médio de R\$1.302,31 (Branchi; Figueiredo, 2006).

A reestruturação produtiva atingiu toda a Região Metropolitana de Campinas (RMC), contribuindo também para o aumento dos níveis de desemprego. As taxas passaram de 5,6% da População Economicamente Ativa (PEA) para 15,9%, entre 1991 e 2000.

O mercado de trabalho também sofreu grandes transformações em relação à sua composição. Nota-se que a maior parte dos quase 42 mil novos empregos formais gerados entre 1989 e 2000 (86,4%) foi ocupada por trabalhadores do sexo feminino. Em razão disso, a participação da mulher no mercado de trabalho da RMC passou de 30,6%, em 1989, para 36,2%, em 2000. Além disso, verificou-se um amadurecimento etário dos ocupados, acompanhado de uma sensível redução absoluta e relativa

da ocupação por trabalhadores menos qualificados, acompanhando o restante do País (Pochmann, 2002).

Em 2000, a participação total de trabalhadores com mais de 11 anos de estudos em relação ao total de trabalhadores subiu para 15% (10,2%, em 1989), enquanto o peso dos ocupados com instrução entre 4 e 11 anos de estudo chegou a 66,7%, superando os 48,3% de 1989. Em contrapartida, a participação dos ocupados formais, que possuíam menos de 4 anos de estudo se reduziu para 18,3% (41,5%, em 1989).

Também são observadas alterações significativas na distribuição salarial. O número de postos de trabalho que ofereciam remuneração inferior a três salários mínimos reduziu-se, em oposição aos empregos que estão em uma faixa superior a 10 salários mínimos. Houve ainda um aumento dos empregos de remuneração intermediária, entre cinco e 10 salários mínimos (Pochmann, 2002).

Essa transformação na estrutura salarial não foi resultado somente da alteração nos salários pagos na economia regional de Campinas. Com a implementação do Plano Real, a hiperinflação foi controlada, a partir do segundo semestre de 1994. Isso contribuiu para que os rendimentos se elevassem em um ritmo superior ao do salário mínimo.

Ao contrário das grandes empresas privadas (com mais de 250 empregados), as micro (até 9 empregados) e pequenas empresas (de 10 a 49 empregados) tiveram um crescimento significativo, contratando parte da mão-de-obra eliminada pelas primeiras. Tal situação explica o crescimento do número de trabalhadores por conta própria e também a redução do nível de renda da economia, visto que os salários pagos aos funcionários desse tipo de estabelecimento quase sempre são de valor inferior ao das grandes empresas. Segundo Pochmann (2002: 140), as micro e pequenas empresas “foram responsáveis pela geração de 70,8 mil postos de trabalho entre 1989 e 2000, enquanto as grandes empresas (...) terminaram eliminando 30,8 mil postos de trabalho”.

Além disso, deve-se apontar que se reproduziu uma grande diferenciação no interior deste mercado de trabalho:

A discriminação de distintos segmentos foi crescente no interior do mercado de trabalho: fundamentalmente, a mulher, o negro, o jovem e os trabalhadores com idade superior aos 40 anos. A mudança no perfil ocupacional apontou para um processo seletivo agudo, cujo efeito principal abateu-se sobre os trabalhadores menos escolarizados (Pochmann, 2002: 149).

Há um grande desafio aos gestores públicos em relação ao controle dos problemas e conseqüências sociais que o desemprego e a precarização das relações de trabalho podem causar:

Em suma, o mercado de trabalho de Campinas e região manifesta uma série de características apontadas em outros estudos sobre o contexto nacional, mas também apresenta particularidades, que precisam ser melhor examinadas.

2.3 Situação do mercado de trabalho em Campinas no ano 2000

A análise a seguir está baseada nos dados fornecidos pelo Censo Demográfico do ano 2000, do IBGE, para o Município de Campinas. Esta base de dados dá acesso a uma gama de informações mais ampla, todavia, baseia-se em uma amostra, pautada na declaração dos residentes no Município.

Tabela 13
Dimensão do mercado de trabalho
Campinas: 2000

	N	%	%	%
População Total	969.395			
População com idade superior a 10 anos	802.072	100,0		
População Não Economicamente Ativa	306.838	38,3		
População Economicamente Ativa	495.234	61,7	100,0	
População Economicamente Ocupada	415.074		83,8	100,0
População Desempregada	80.160		16,2	
População que exerceu trabalho remunerado	399.845			96,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Examinando os dados da Tabela 13, primeiramente, observa-se que o Município de Campinas possuía quase um milhão de habitantes, em 2000, sendo que a População Economicamente Ativa era de quase 500 mil pessoas. Tomando como referência a população de 10 anos ou mais disponível para a vida produtiva, percebe-se que aproximadamente 50% exercia um trabalho remunerado.

A proporção de desempregados no Município era de 16,2% da População Economicamente Ativa, proporção que pode ser considerada alta, uma vez que o ano 2000 foi caracterizado por razoável crescimento da economia brasileira.

Pode-se, ainda, acrescentar uma informação adicional: do total de trabalhadores ocupados, menos de 2% estavam empregados no setor agrícola, o que mostra a participação majoritária dos trabalhadores urbanos na estrutura ocupacional em Campinas.

Para a análise a seguir, será utilizada a população que exercia trabalho remunerado, que equivalia a aproximadamente 400 mil habitantes, cerca de 95% das ocupações totais, ficando de fora a pequena parcela dos trabalhadores sem remuneração. Um primeiro apontamento a fazer diz respeito ao elevado

valor do rendimento médio para o conjunto dos ocupados em Campinas: R\$1.126,62 (que correspondia a 7,46 salários mínimos), valor bem acima da média nacional.

A posição na ocupação também é um dado importante para a análise do mercado de trabalho no Município. É a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Com base na Tabela 14, pode-se observar que mais de ¼ dos empregados possuíam carteira de trabalho assinada. E que quase 7% dos ocupados eram trabalhadores domésticos. Neste tipo de ocupação, o percentual de trabalhadores informais é superior ao dos trabalhadores formais. Por sua vez, a condição de trabalhador por conta própria, que também tinha uma participação expressiva (19%), esta associada a uma situação muitas vezes irregular e sem acesso aos direitos trabalhistas. Assim, pode-se estimar que 4 em cada 10 ocupados estavam expostos a algum tipo de informalidade no Município, em 2000.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Campinas: 2000

Posição na Ocupação	%	Rendimento Médio (R\$)	Mediana (R\$)	Jornada Média (horas/semana)
Trabalhador doméstico c/ carteira de trabalho	3,2	317,28	300,00	42
Trabalhador doméstico s/ carteira de trabalho	3,6	251,12	220,00	36
Empregado com carteira de trabalho	52,7	1028,25	600,00	43
Empregado sem carteira de trabalho	17,3	859,94	500,00	41
Empregador	4,2	4085,95	2500,00	50
Conta-própria	18,9	1285,84	700,00	44
Total	100,0	1126,62	600,00	43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

O nível médio dos rendimentos varia bastante conforme a posição na ocupação, sendo a situação dos trabalhadores por conta própria melhor que a dos empregados. É importante destacar que a remuneração média (calculada baseando-se no rendimento bruto no trabalho principal) era inferior para os que não possuíam carteira de trabalho assinada, tanto no caso dos empregados como dos trabalhadores domésticos. Em compensação, a jornada de trabalho média era relativamente menor no caso dos trabalhadores informais, exceto para os conta própria. E note-se que os empregadores tinham um rendimento médio mais de quatro vezes maior que os empregados, mas apresentavam jornadas semanais mais extensas.

A diferença entre o rendimento médio e o valor da mediana é o resultado do grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Outra informação importante para examinar a situação estrutural do mercado de trabalho em Campinas diz respeito à distribuição dos trabalhadores por setores de atividade. A Tabela 15 se refere aos trabalhadores remunerados em geral.

Os dados tabulados mostram que menos de 1/5 da população que possuía trabalho remunerado estavam empregados no parque industrial. O setor terciário, que engloba comércio, serviços, atividades sociais e administração pública era responsável pelo emprego de 73% da população, no ano 2000, segundo os dados da Tabela 15. Isso mostra a predominância do setor terciário na geração de postos de trabalho no Município.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados por setor de atividade
Campinas: 2000

Setor de Atividade	%	Rendimento Médio (R\$)	Mediana (R\$)	Jornada média (horas/semana)
Agricultura e Pecuária	1,3	826,25	350,00	48
Indústria Extrativa	0,0	979,06	550,00	51
Indústria de Transformação	18,6	1188,83	622,02	44
Indústria de Construção	7,0	776,42	480,00	45
Comércio	18,8	1186,29	500,00	46
Serviços em geral	25,8	1219,65	630,00	44
Atividades Sociais	17,3	892,03	400,00	39
Administração Pública	11,2	1346,04	860,00	38
Total	100,0	1126,62	600,00	43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

O maior rendimento médio encontrava-se na administração pública. Nos serviços em geral, no comércio e na indústria de transformação, o rendimento médio também era superior ao do total. Nas atividades sociais e na construção, os rendimentos eram bem menores. Note-se que 50% dos trabalhadores da indústria ganhavam até R\$622,00, ao passo que entre os ocupados em atividades sociais a mediana era de R\$ 400,00.

Os menores rendimentos encontravam-se no setor primário e na indústria extrativa, mas a participação da população ocupada nesses setores é pouco significativa.

Ainda com referência à Tabela 15, deve-se mencionar as diferenças de jornada média de trabalho. No setor terciário, o comércio possui uma jornada de trabalho de 46 horas semanais e a administração pública, apenas 38 horas. Em relação ao setor secundário, a indústria de transformação tinha uma jornada média de 44 horas por semana.

Analisando somente aos empregados com carteira de trabalho assinada, aumentou a participação do setor secundário (situava-se em 30%). Apesar disso, a participação do setor terciário nos setores de atividade permanece majoritária, com 68,4% (Tabela 16).

Em geral, o rendimento médio nos setores de atividade para os empregados com carteira assinada (R\$ 1.028,25, conforme a Tabela 16) é menor do que a renda média analisada de todos os trabalhadores que exerceram trabalho remunerado, de R\$ 1.126,62, apresentado na Tabela 15. Isso se deve principalmente aos rendimentos dos empregadores, muito superiores ao dos empregados, além da remuneração média dos trabalhadores por conta própria, apesar da grande heterogeneidade dos rendimentos neste tipo de ocupação.

Tabela 16
Distribuição dos empregados com carteira de trabalho por setor de atividade
Campinas: 2000

Setor de Atividade	%	Rendimento Médio (R\$)	Mediana (R\$)	Jornada média (horas/semana)
Agricultura e Pecuária	1,3	616,39	350,00	47
Indústria Extrativa	0,1	736,45	550,00	53
Indústria de Transformação	26,1	1168,70	700,00	44
Indústria de Construção	4,2	818,89	500,00	45
Comércio	18,3	813,04	500,00	46
Serviços em geral	28,4	1009,61	600,00	44
Atividades Sociais	10,3	982,69	600,00	40
Administração Pública	11,4	1270,23	800,00	38
Total	100,0	1028,25	600,00	43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Esta Tabela permite, por fim, verificar que, mesmo entre os ocupados submetidos a uma relação de emprego, com registro em carteira, eram muito expressivos os diferenciais de rendimento, seja numa perspectiva intra ou inter-setorial. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico que ocorreu em Campinas, nas últimas três décadas do século XX, reproduziu um mercado de trabalho de trabalho muito heterogêneo; mesmo no núcleo melhor estruturado do mercado de trabalho campineiro havia assimetrias visíveis.

Capítulo 3

Transformação econômica, emprego e renda na década atual

Neste capítulo é apresentada uma síntese da evolução recente da economia no Município de Campinas, em termos de distribuição setorial e das condições sociais da população. Para isso, é feita uma análise a partir dos dados do Relatório Anual de Informação Social (RAIS), visando mostrar a situação do emprego formal urbano entre 2000 e 2005, possibilitando uma maior compreensão das tendências atuais destas ocupações.

3.1 Tendências recentes na economia campineira

Há algum tempo, a “distância” em termos de estrutura econômica e modo de vida entre Campinas, as demais cidades do interior paulista e a cidade de São Paulo vem se tornando cada vez menor. Com isso, os mercados de trabalho se tornam mais semelhantes. O avanço dos transportes e dos meios de comunicação intensificam a capacidade de mobilidade dos trabalhadores, promovendo uma unificação dos rendimentos e das condições de emprego. À medida que as cidades vão crescendo e a urbanização aumenta, os empregos gerados vão apresentando, de acordo com seu setor e o nível de qualificação exigido, as mesmas características de um município a outro (entrevista com Wilson Cano).

Algumas tendências na composição geral do emprego urbano se definiram a partir da segunda metade da década de 80 e continuam até o presente. O mercado de trabalho da região tem apresentado movimento similar ao nacional: um pequeno aumento da formalidade, uma redução no valor real dos rendimentos, além de continuar havendo um aumento relativo das vagas no setor de serviços (entrevista com Pacheco).

Mesmo com um crescimento no número de postos de trabalhos formais ofertados, em virtude dos investimentos realizados, os anos de 2000 a 2005 continuavam muito ruins para o emprego. Por isso, os salários se mantiveram relativamente baixos, sem perspectivas de aumento (entrevista com Wilson Cano).

As oportunidades de investimento e seus resultados econômicos continuam sendo superiores à média nacional:

Campinas é uma cidade onde são criadas novas empresas de base tecnológica, onde se faz ensino e pesquisa de qualidade e que polariza uma vasta área industrial e agroindustrial rica e diversificada (Caiado; Pires, 2006: 294).

Em períodos de recessão, a economia da região é menos atingida, mas o Município deixou de atrair investimentos industriais de grande vulto, com a consolidação da estrutura metropolitana (entrevista com Pacheco).

A partir dos anos 90, um setor que se tornou bastante dinâmico foi a indústria de telecomunicações, com a chegada da Motorola, da Samsung, entre outras. Isso se deve à presença do aeroporto de Viracopos, um dos principais aeroportos de entrada de componentes eletrônicos importados no Brasil, que servem de insumo dos principais produtos desta indústria. A RMC perdeu investimento em poucos setores, como o de autopeças, mas também teve destaque o crescimento da indústria de informática e a produção de serviços sofisticados. Mas nos outros setores, houve a manutenção dos investimentos existentes. A expansão se deu muito mais em cidades menores do que no centro da região metropolitana (entrevista com Pacheco).

Apesar do crescimento da capacidade de geração de empregos, os rendimentos reais do setor de comunicações acompanharam a tendência de queda nacional. Houve uma redução nos salários reais dos trabalhadores de todos os setores, exceto o setor de madeira e mobiliário⁴ e o de administração pública direta (entrevista com Wilson Cano).

Apesar disso, segundo o professor Wilson Cano, apenas analisando caso a caso a entrada e a saída de cada empresa é que se descobrem as causas da intensidade do aumento ou da redução do rendimento nos diferentes setores. Quando se analisa um Município, por maior que ele seja, como Campinas, com muita frequência um setor é alterado com a entrada de apenas um único empreendimento, o qual pode alterar profundamente a estrutura produtiva do setor.

Um exemplo de situação em que uma nova empresa no Município provoca aumento nos rendimentos médios do setor é a entrada de redes de supermercados. Como seus trabalhadores têm que se vestir mais adequadamente e saber lidar melhor com os clientes, a remuneração é superior à de mercados que não possuem uma marca conhecida nacionalmente (entrevista com Wilson Cano).

⁴ Conforme entrevista com o professor Wilson Cano, uma das possíveis causas deste aumento real de rendimentos do setor de madeira e mobiliário seria a diminuição da quantidade de árvores próximas à região. Com isso, toda a parte da indústria de serraria de madeira saiu do Estado de São Paulo. São necessárias informações mais detalhadas. A atividade voltada ao corte de árvores se desloca para o Paraguai, para o Amazonas e regiões próximas a este Estado. Com isso, a alternativa deste setor em Campinas é a fabricação de madeira prensada, que gera um valor agregado maior. É um produto mais nobre, mais facilmente utilizável na indústria de móveis e de construção. Assim, é possível que os salários dos trabalhadores que atuam na fabricação deste tipo de madeira sejam maiores do que o dos trabalhadores que apenas cortam as árvores.

Mesmo com a entrada deste tipo de empresa, numa análise do mercado de trabalho campineiro como um todo, o Município teve seu rendimento médio real reduzido e suas condições de trabalho seguem cada vez mais a performance nacional, visto que não se percebem diferenças significativas no desempenho econômico da região em relação ao restante do País (entrevista com Pacheco).

Por outro lado, mesmo com condições de trabalho semelhantes às dos demais municípios paulistas, a participação da Região Metropolitana de Campinas no PIB do Estado de São Paulo vem aumentando na década atual. Conforme dados da Tabela 17, em 2004, Campinas respondeu por 7,4% do PIB do Estado. Além disso, 7,8% do valor adicionado da indústria paulista são determinados pela região (Cunha; Jiménez, 2006).

Tabela 17
Geração de valor adicionado por setor e PIB
Estado de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas: 2004

Região	Valor adicionado			Total	PIB (milhões)
	Agricultura	Indústria	Serviços		
Região Metropolitana de Campinas	820	13.169	14.003	27.992	32.237
Estado de São Paulo	32.519	169.062	213.733	415.314	438.148
RMC/Estado de SP	2,52%	7,79%	6,55%	6,74%	7,36%

Fonte: Fundação SEADE *apud* Cunha; Jiménez, 2006⁵.

Outro dado interessante a ser observado é a situação bastante favorável do PIB da Região Metropolitana de Campinas em 2005, em contraste com o crescimento nacional: enquanto o País cresceu 2,3%, a RMC teve 9,1% de crescimento, equivalente a R\$51,3 bilhões e Campinas 6,1% (R\$14,2 milhões), conforme dados da Fipe (Tabela 18). Para este cálculo, são levados em consideração a arrecadação de impostos, a movimentação bancária e o consumo de energia no local a ser analisado⁶.

É importante destacar que, em decorrência de a Região ser mais moderna e avançada em relação à estrutura produtiva nacional, ela sofre antecipadamente as oscilações econômicas. Com isso, cresce antes de períodos de expansão nacional e retrai antes de períodos de recessão no País. Segundo o economista Lacrete Martins, da Associação Comercial e Industrial de Campinas, este crescimento levou a uma pequena melhora no nível de empregos na região.

⁵ Os dados da Fundação SEADE e da Fipe podem ter diferenças, em virtude da metodologia adotada por cada instituição.

⁶ COSTA, M. T. PIB da RMC ultrapassa os R\$51 bi. *Correio Popular*, Campinas, 3.dez.2006.

Tabela 18
A riqueza da RMC
Campinas: 2003-2005

	Valores em 1000 R\$ de 2004			Taxa de crescimento (%)		
	2003	2004	2005	2003/04	2004/05	2003/05
Campinas	13.367.950	13.466.204	14.281.625	0,7	6,1	3,4
RMC	46.207.813	47.065.284	51.332.027	1,9	9,1	5,4

Fonte: Fipe⁴,2006.

Ainda conforme as estimativas da Fipe, o setor terciário cresceu muito pouco (apenas 0,3%), assim como a economia campineira em 2004, mas em 2005, o crescimento deste setor foi de 11,3%, acima dos demais setores, comprovando o movimento presente na RMC de antecipação das oscilações econômicas nacionais.

Observando as transformações econômicas ocorridas no Município a partir do ano 2000, nota-se que, mesmo em uma região que cresce acima da média dos demais municípios de São Paulo e do País, as condições dos postos de trabalho não são, necessariamente, melhores do que nos locais de crescimento econômico inferior. Na próxima seção, será feita uma análise de dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a possibilitar um melhor entendimento da situação do emprego formal urbano na década atual.

3.2 Evolução recente do emprego formal em Campinas

A análise a seguir está baseada nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informação Social (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, para o Município de Campinas. Deve-se esclarecer que a RAIS só capta o emprego registrado em carteira em estabelecimentos com um mínimo de organização empresarial. Ou seja, trata-se de uma análise do núcleo relativamente bem estruturado do mercado de trabalho, onde se encontram as oportunidades de emprego mais estáveis e cobiçadas.

Deve-se esclarecer, inicialmente, que a RAIS-2000 registra um número maior de empregados com carteira assinada do que o Censo Demográfico-2000, diferença decorrente das pessoas que não residem em Campinas, mas que trabalham no Município, sendo, por isso, registradas apenas na RAIS. O Censo indica 210.761 empregados, ao passo que a RAIS registra 242.592 vínculos de emprego no final de 2000.

Tabela 19
Distribuição dos empregados por gênero
Campinas: 2000-2005

							(em %)
Gênero	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação 2000-2005
Masculino	61,43	61,67	59,62	59,67	59,18	57,86	-3,66
Feminino	38,57	38,33	40,38	40,33	40,82	42,14	5,83
Total	100	100	100	100	100	100	
Masculino	149.015	151.100	151.074	153.851	163.144	172.208	15,56
Feminino	93.577	93.903	102.334	103.966	112.515	125.403	34,01
Total	242.592	245.003	253.408	257.817	275.659	297.611	22,68

Fonte: MTE-RAIS.

Examinando a evolução da população ocupada em postos de trabalho regulares, conforme mostra a Tabela 19, percebe-se um importante crescimento no número de empregados nos estabelecimentos que declaram a RAIS: entre 2000 e 2005, foram criados 55.019 novos postos de trabalho regulares, o que equivale a um aumento de 22,68%. É importante destacar que há um salto no crescimento a partir de 2004, com o número de empregos crescendo quase 7% em 2004 e 8% em 2005 (um crescimento de 6,92% para 2004 e 7,96% para 2005). Isso se deve ao período de crescimento econômico pelo qual o país estava passando, com o qual Campinas foi beneficiada.

Além disso, tal crescimento se concentrou entre as mulheres. De fato, acompanhando o restante do País, nota-se uma tendência crescente de participação feminina no mercado de trabalho. Em Campinas, 58% dos empregados formais eram homens e 42% eram mulheres, em 2005.

Tabela 20
Distribuição dos empregados por faixa etária
Campinas: 2000-2005

							(em %)
Faixa Etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
10 a 17 anos	2,0	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5	
18 a 24 anos	21,8	21,8	21,4	20,9	21,0	20,9	
25 a 29 anos	17,2	17,3	17,3	17,7	18,0	17,8	
30 a 39 anos	30,6	30,3	29,9	29,7	29,2	28,6	
40 a 49 anos	19,7	19,8	20,3	20,6	20,6	20,8	
50 a 64 anos	8,1	8,4	8,8	9,0	9,1	9,7	
65 anos ou mais	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	
Total	100	100	100	100	100	100	

Fonte: MTE-RAIS

Por sua vez, no período 2000-2005, pode-se perceber, analisando a distribuição dos ocupados por faixa etária, que houve redução na frequência de empregados formais com idade até 24 anos: de 23,8% para 22,4%. A população ocupada entre 25 e 49 anos manteve participação em torno de 67%. E houve pequeno aumento na porcentagem de trabalhadores com idade superior a 50 anos (Tabela 20).

Os dados da RAIS mostram que o mercado de trabalho formal, no Município de Campinas, esteve fechado para os trabalhadores mais jovens e com pouca experiência, o que aponta para uma tendência a um amadurecimento etário dos empregados, tendo inclusive aumentado o número de trabalhadores com idade igual ou superior a 50 anos, neste período. A idade média dos empregados, que no ano 2000 era de 33 anos, passou para mais de 34 (34,23) anos em 2005.

Tabela 21
Distribuição dos empregados por grau de instrução
Campinas: 2000-2005

Grau de Instrução	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Analfabeto	1,0	0,8	0,7	0,4	0,4	0,3
4ª série incompleta	4,2	3,6	3,0	2,6	2,5	2,4
4ª série completa	10,2	9,1	7,7	7,0	6,1	5,3
8ª série incompleta	12,7	11,6	10,6	10,2	9,3	8,4
8ª série completa	20,7	21,1	19,6	19,3	18,3	17,7
2º grau incompleto	9,7	9,8	9,7	9,5	9,1	8,9
2º grau completo	21,8	24,2	27,1	29,3	32,7	35,1
Superior incompleto	5,1	5,1	5,3	4,8	5,2	5,2
Superior completo	14,6	14,5	16,3	16,9	16,4	16,7
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS

Outra importante mudança, em relação ao perfil dos empregados formalizados em Campinas, diz respeito ao grau de instrução. No período analisado, houve uma redução significativa na porcentagem dos trabalhadores do mercado de trabalho regular que não haviam concluído o ensino fundamental: 28,1% para 16,5% (Tabela 21). A frequência de empregados registrados com ensino médio completo, ao contrário, obteve um crescimento importante. Assim, pode-se observar que, como no mercado de trabalho brasileiro, os empregados formais no Município estão apresentando um nível de escolaridade cada vez maior. Chama atenção, inclusive, o fato de apenas 2,7% não terem completado o antigo curso primário, ao passo que 16,7% haviam concluído o nível superior, em 2005.

Tabela 22
Distribuição dos empregados por faixas de remuneração média mensal
Campinas: 2000-2005

	(em %)					
Faixas de remuneração	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Até 1,00 salário mínimo	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,4
De 1,01 a 2,00 s.m.	6,4	10,4	10,6	20,5	19,8	25,9
De 2,01 a 3,00 s.m.	25,1	27,8	26,5	24,8	26,4	23,5
De 3,01 a 4,00 s.m.	15,5	14,1	13	12,6	12,4	11,4
De 4,01 a 5,00 s.m.	10,5	10	9,8	9	8,9	7,8
De 5,01 a 7,00 s.m.	13,8	12,3	12	10,9	10,2	9,5
De 7,01 a 10,00 s.m.	9,9	8,6	8,1	7,4	7,7	7,0
De 10,01 a 15,00 s.m.	7,3	6,4	6,5	5,9	5,7	5,7
De 15,01 a 20,00 s.m.	3,6	3,3	3,2	3	2,8	2,7
Mais de 20,00 s.m.	6,8	5,9	5,5	4,6	4,4	3,9
Ignorado	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	1,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS

Um aspecto central na análise da evolução do mercado de trabalho refere-se à distribuição por faixas salariais (Tabela 22). A participação dos trabalhadores que possuem uma remuneração de no máximo 2 salários mínimos teve um aumento significativo, entre 2000 e 2005 (passou de apenas 7% dos empregados formais para 27%). A proporção dos que ganham mais de 3 até 5 salários mínimos, reduziu-se de 26% para 19%; e no intervalo entre mais de 5 e 10 s. m. a redução foi de 24% para 16%.

Finalmente, outra diminuição significativa da participação dos trabalhadores pode ser observada na faixa de remuneração superior a 10 salários mínimos: de 18%, em 2000, a proporção em 2005 ficou somente em 12% dos empregos regulares.

É importante destacar que o salário mínimo sofreu uma valorização real de 30% (de acordo com o INPC), o que explica apenas parte desta mudança na distribuição. O aumento da proporção de trabalhadores formais nas faixas de menor rendimento provavelmente é mais bem explicada pela redução do salário médio real nas empresas do Município (este aspecto será examinado mais à frente). Portanto, nota-se em Campinas uma clara piora na distribuição dos empregados por faixas de remuneração, num mercado que já era elevada a desigualdade entre os rendimentos. Sem dúvida, o ambiente desfavorável do mercado de trabalho em Campinas contribuiu para diminuir o poder de compra dos salários.

Na Tabela 23, nota-se que a jornada de trabalho contratual, em Campinas, é predominantemente aquela estabelecida na Constituição Federal (limite legal de 44 horas semanais). São raros os casos de

trabalho em tempo parcial (menos de 6% tinham jornada semanal inferior ou igual a 30 horas, em 2005).

Tabela 23
Distribuição dos empregados por faixas de jornada de trabalho
Campinas: 2000-2005

Faixas de horas contratuais por semana	(em %)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Até 12 horas	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
De 13 a 15 horas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
De 16 a 20 horas	1,1	1,1	1,1	1,1	0,9	0,9
De 21 a 30 horas	4	3,7	3,7	3,7	3,9	3,9
De 31 a 40 horas	24,1	19,9	21,4	23,2	22,9	21,8
De 41 a 44 horas	69,9	74,4	72,9	70,9	71,2	72,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS.

A distribuição dos postos de trabalho conforme o número de horas contratuais por semana se manteve constante entre 2000 e 2005, apesar da variação positiva ocorrida no ano de 2001.

Tabela 24
Distribuição dos empregados por tempo de vínculo no estabelecimento
Campinas: 2000-2005

Faixa de tempo no estabelecimento	(em%)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Até 2,9 meses	10	9,2	8,9	8,5	10	10,4
De 3,0 a 5,9 meses	8,9	8	8,4	8	9,1	8,6
De 6,0 a 11,9 meses	13,8	14,6	13,2	12,6	13,3	13,5
De 12,0 a 23,9 meses	14,7	17,2	16,6	16,6	15,5	16,3
De 24,0 a 35,9 meses	10,3	9,1	11	11,2	10,3	9,7
De 36,0 a 59,9 meses	13,3	15,3	11,6	12,7	13,4	12,5
De 60,0 a 119,9 meses	13,6	13,4	14,5	15,1	13,8	14,1
120 meses ou mais	15,5	13,2	15,9	15,2	14,6	15,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS.

A distribuição dos ocupados por faixas de tempo de emprego do vínculo formado é um importante instrumento para analisar o fenômeno da rotatividade nos postos de trabalho. Chama a atenção a elevada proporção de pessoas com vínculo empregatício com menos de 12 meses: aproximadamente 32% dos empregados no Município foram contratados ao longo do ano de 2005 (os

dados da RAIS se referem à situação em 31 de dezembro). Por outro lado, apenas 29% tinham 5 anos ou mais de vínculo no mesmo estabelecimento (Tabela 24).

No período em questão, percebe-se que houve um decréscimo na porcentagem de vínculos empregatícios com menos de 12 meses de contratação (de 33% para 29%), até o ano de 2003. Todavia, tal situação se reverte em 2004 e continua em 2005, em decorrência da maior criação de empregos, conseqüência do crescimento econômico. Em oposição, percebe-se que a proporção de contratados com um a três anos de contratação teve um aumento, de 25% dos contratados, em 2000, esta freqüência passou a 28% em 2003, mas esta porcentagem volta para os níveis do ano 2000, no último ano desta análise. Estes dados são conseqüência do baixo número de contratações entre 2001 e 2003.

De qualquer forma, mesmo no núcleo melhor estruturado do mercado de trabalho em Campinas, apenas uma parcela dos empregados dispõem de certa estabilidade no emprego.

Tabela 25
Distribuição dos empregados por tamanho do estabelecimento
Campinas: 2000-2005

	(em %)					
Tamanho do estabelecimento	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Até 4 empregados	9,4	9,6	9,4	9,3	8,9	8,6
De 5 a 9 empregados	9,4	9,5	9,8	9,8	9,7	9,3
De 10 a 19 empregados	10	10,3	10,6	10,9	10,7	10,7
De 20 a 49 empregados	13,1	13,5	13,4	13,9	13,8	13,9
De 50 a 99 empregados	9,9	10,5	10,1	10,3	9,7	9,8
De 100 a 249 empregados	12,0	11,8	11,7	11,5	11,7	11,2
De 250 a 499 empregados	7,0	6,6	6,3	5,6	7,5	8,0
De 500 a 999 empregados	8,7	8,7	8,7	7,3	7,5	6,6
1000 ou mais empregados	20,6	19,6	20,1	21,2	20,5	21,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: MTE-RAIS

Outra informação relevante para examinar as mudanças estruturais verificadas no mercado de trabalho formal, em Campinas, diz respeito à distribuição dos empregados por tamanho do estabelecimento.

Em geral, a proporção relativa de pessoas que possuem emprego formal permaneceu estável no que se refere às contratações por tamanho do estabelecimento. A freqüência de contratações das microempresas (até 4 empregados) permaneceu em torno de 9%. As pequenas empresas (que possuem de 5 a 49 empregados) tinham a proporção de empregados formais contratados de aproximadamente

33%, enquanto que os estabelecimentos de grande porte continuaram empregando cerca de 36% dos empregados regulares (Tabela 25).

De qualquer modo, é relevante mencionar que as empresas ou entidades com mais de mil funcionários (caso da UNICAMP) são responsáveis por mais de 1/5 do emprego formalizado no Município.

Tabela 26
Rendimentos médios por tamanho do estabelecimento
Campinas: 2005

Tamanho do estabelecimento	Remuneração (em sal. mín)
Até 4 empregados	2,4
De 5 a 9 empregados	2,9
De 10 a 19 empregados	3,4
De 20 a 49 empregados	4,1
De 50 a 99 empregados	4,4
De 100 a 249 empregados	5,6
De 250 a 499 empregados	5,3
De 500 a 999 empregados	6,2
1000 ou mais empregados	9,6
Total	5,4

Fonte: MTE-RAIS

Nota: O valor do salário mínimo em dezembro de 2005 é R\$ 300,00.

É importante destacar a diferença na remuneração dos empregados formais quando são classificados conforme o tamanho do estabelecimento. Nota-se que as empresas com mais de 1000 empregados chegam a ter uma remuneração média quatro vezes maior do que a de uma micro empresa (Tabela 26).

Tabela 27
Evolução do emprego por ramo de atividade
Campinas: 2000-2005

(2000 = 100)

Ramo de Atividade	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura e pecuária	100	95	89	89	87	89
Extrativa mineral	100	95	165	147	145	45
Indústria de minerais não metálicos	100	81	85	95	93	92
Indústria metalúrgica	100	100	106	103	107	117
Indústria mecânica	100	105	115	116	117	99
Indústria do material elétrico	100	75	64	64	71	76
Indústria do material de transporte	100	94	95	103	128	142
Indústria da madeira e do mobiliário	100	83	89	83	91	146
Indústria do papel, editorial e gráfica	100	87	83	73	72	74
Ind. Da borracha, fumo, couros	100	103	100	108	109	56
Ind. química, perfumaria e farmacêuticos	100	105	116	118	108	112
Indústria têxtil e vestuário	100	106	106	99	108	124
Indústria de calçados	100	76	81	43	40	51
Indústria de alimentos e bebidas	100	93	79	101	121	118
Serviços de utilidade pública	100	150	163	202	204	218
Construção civil	100	98	79	61	67	77
Comércio varejista	100	106	116	120	132	143
Comércio atacadista	100	110	110	107	111	133
Instituições de crédito e seguros	100	97	93	98	102	108
Comércio e administração de imóveis	100	101	99	97	109	120
Transportes e comunicações	100	106	104	114	126	136
Serv. de alojamento, aliment. e reparação	100	107	116	125	129	144
Serviços médicos e veterinários	100	99	104	106	110	118
Ensino	100	104	107	105	107	113
Administração pública direta	100	83	106	95	99	112
Total	100	101	104	106	114	123

Fonte: MTE-RAIS

A análise da evolução do número de empregados por ramos de atividade no Município apresenta informações relevantes sobre o comportamento do emprego formal, entre 2000 e 2005 (Tabela 27).

Percebe-se que o setor terciário ganha espaço no mercado de trabalho campineiro, com aumentos acima da média do Município, principalmente nos setores de serviços de utilidade pública, nos serviços de alojamento, alimentação e reparação, além do comércio atacadista e varejista.

No que diz respeito ao setor secundário, a indústria têxtil e de vestuário aumentaram o número de contratações, enquanto que o setor de calçados teve uma redução relativa bastante significativa. Por Campinas ser considerada um grande centro de investimentos no setor de telecomunicações, conforme

citado anteriormente, nota-se um importante aumento relativo no número de contratações neste setor. Apesar disso, a indústria do material elétrico reduziu-se relativamente.

A construção civil também teve uma redução importante, o que mostra um potencial a ser explorado pelo município como setor que pode gerar um número maior de postos de trabalho. É importante notar que este setor, junto com o setor extrativo mineral e a indústria de calçados, foram os que tiveram a participação mais reduzida entre 2000 e 2005.

Tabela 28
Salários médios reais dos empregados por ramo de atividade
Campinas: 2000-2005

Ramo de Atividade	(2000=100)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura e pecuária	100	100	95	101	100	94
Extrativa mineral	100	91	86	89	94	72
Indústria de minerais não metálicos	100	101	95	96	97	92
Indústria metalúrgica	100	98	101	96	104	94
Indústria mecânica	100	103	94	98	95	95
Indústria do material elétrico	100	98	98	93	81	75
Indústria do material de transporte	100	102	80	111	108	88
Indústria da madeira e do mobiliário	100	94	93	98	91	113
Indústria do papel, editorial e gráfica	100	111	94	89	90	76
Ind. da borracha, fumo, couros	100	101	91	90	89	69
Ind. química, perfumaria e farmacêuticos	100	104	94	83	89	78
Indústria têxtil e vestuário	100	97	86	83	85	85
Indústria de calçados	100	94	98	92	95	91
Indústria de alimentos e bebidas	100	100	95	90	91	80
Serviços de utilidade pública	100	83	77	79	83	83
Construção civil	100	102	95	95	99	99
Comércio varejista	100	95	90	89	92	85
Comércio atacadista	100	102	106	96	92	89
Instituições de crédito e seguros	100	83	77	87	88	82
Comércio e administração de imóveis	100	100	98	96	96	86
Transportes e comunicações	100	89	82	79	77	76
Serv. de alojamento, aliment. e reparação	100	99	93	92	96	93
Serviços médicos e veterinários	100	99	92	91	92	86
Ensino	100	101	99	100	101	98
Administração pública direta	100	122	112	103	109	109
Total	100	98	94	92	93	88

Fonte: MTE-RAIS

Analisando o salário contratual dos empregados em dezembro, entre 2000 e 2005 (em valores de dezembro de 2005 corrigidos pelo INPC), nota-se uma redução de 12,47% no valor real da remuneração média no conjunto dos estabelecimentos que declararam a RAIS no Município.

Todos os setores apresentaram uma redução importante nos rendimentos deflacionados pelo INPC, sendo que os setores mais prejudicados foram: a indústria da borracha, fumo e couros (-31,0%), a indústria do material elétrico (-24,8%), os serviços de transporte e comunicação (-23,5%), a indústria química, de perfumaria e de produtos farmacêuticos (-22,4%).

Os únicos setores que apresentaram um aumento no valor real dos salários deflacionados foram: o setor de madeira e do mobiliário, com um aumento real de 12,7% e o setor de administração pública direta, com crescimento real de 8,8%. O setor de construção civil e o de ensino tiveram as menores reduções reais: de 1,1% e 2,5%, respectivamente.

Tabela 29
Diferenciais no emprego formal por ramo de atividade
Campinas: 2005

Ramo de atividade econômica	Participação no total de empregados	Rendimento		
		Rendimento Médio (R\$)	Médio (sal. mín.)	Jornada (h/semana)
Agricultura e pecuária	0,6	798,61	2,7	44
Extrativa mineral	0,0	930,21	3,1	44
Indústria de minerais não metálicos	0,3	805,72	2,7	44
Indústria metalúrgica	1,8	1261,01	4,2	44
Indústria mecânica	1,7	2042,77	6,8	44
Indústria do material elétrico	1,4	2486,03	8,3	43
Indústria do material de transporte	3,7	2707,16	9,0	43
Indústria da madeira e do mobiliário	0,5	890,86	3,0	44
Indústria do papel, editorial e gráfica	0,7	1462,71	4,9	44
Ind. Da borracha, fumo, couros	0,7	1320,95	4,4	44
Ind. química, perfumaria e farmacêuticos	2,2	2353,08	7,8	43
Indústria têxtil e vestuário	0,9	680,91	2,3	44
Indústria de calçados	0,0	589,00	2,0	43
Indústria de alimentos e bebidas	2,9	947,06	3,2	43
Serviços de utilidade pública	2,2	2674,64	8,9	40
Construção civil	3,1	998,10	3,3	44
Comércio varejista	20,4	815,23	2,7	44
Comércio atacadista	3,5	1143,82	3,8	44
Instituições de crédito e seguros	2,6	2690,47	9,0	36
Comércio e administração de imóveis	11,8	1213,99	4,0	42
Transportes e comunicações	8,7	1237,98	4,1	42
Serv. de alojamento, alimentação e reparação	11,2	938,90	3,1	41
Serviços médicos e veterinários	4,3	1107,22	3,7	37
Ensino	7,4	2748,08	9,2	36
Administração pública direta	7,3	3353,13	11,2	36
Total	100	1529,60	5,1	41

Fonte: MTE-RAIS

Por fim, é fundamental considerar a distribuição setorial do emprego formal e os diferenciais em termos de remuneração nominal média e de jornada média.

No Município de Campinas, durante o ano de 2005, a participação da indústria de transformação somava 16,8% dos postos de trabalhos regulares, como mostra a Tabela 26. Em compensação, as atividades no setor terciário possuíam uma participação majoritária no emprego formal (quase de 80%), sendo que os estabelecimentos comerciais respondiam por 23,9% do total, sendo 20,4% no comércio varejista. Em comparação com a análise do Censo 2000 (Tabela 16), nota-se que há diferenças nos pesos dos setores de atividade quando considerados apenas o universo do emprego formal.

Analisando os ramos individualmente e considerando o rendimento nominal médio, merece destaque o comércio varejista, onde se encontravam 20,4% dos trabalhadores formais, mas com remuneração média relativamente muito baixa. O setor de comércio e administração de imóveis, assim como os serviços de alojamento e transporte também possuem grande participação, de 11,8% e 11,2%, respectivamente e possuem rendimentos abaixo da média do Município.

A administração pública, por sua vez, concentrava 7,3% dos empregados regulares, sendo que possuíam o maior rendimento médio: R\$3.353,13, equivalente a mais de 11 salários mínimos do período. Simultaneamente, é o ramo que possui uma das jornadas de trabalho mais curtas: apenas 36 horas contratuais por semana. O ensino também se destaca por possuir uma alta porcentagem dos empregados formais (7,4%), além de ter uma remuneração média alta e uma jornada de trabalho semanal de somente 36 horas contratuais.

As diferenças salariais são muito expressivas quando contrastadas as remunerações contratuais médias entre os ramos de atividade.

Além disso, pode-se concluir que setores nos quais a maior parte dos empregados possui maior qualificação (ou alto grau de escolaridade), não necessariamente apresentam a maior jornada de trabalho contratual. Apenas a indústria mecânica possui uma jornada média de 44 horas semanais com remuneração acima da média do Município.

Capítulo 4

Conclusão

Este relatório procurou realizar um estudo do mercado de trabalho no Município de Campinas, com ênfase na análise da estrutura ocupacional e no exame da evolução do emprego formal e dos rendimentos na década atual.

O primeiro problema que caracteriza o mercado de trabalho em Campinas é uma alta taxa de desemprego. Com base nos dados do Censo Demográfico, em 2000, viu-se que a proporção de desempregados chegou a 16,2%. Segundo estimativas da Associação Comercial e Industrial de Campinas (projeção feita a partir dos dados da RAIS), em dezembro de 2003, 91.845 pessoas (equivalente a 17,5% da PEA) estavam desempregadas em Campinas. Esse resultado se deve, principalmente, ao fraco desempenho do emprego nas empresas do Município, relacionado ao baixo crescimento econômico naquele ano. A partir de abril de 2004, contudo, houve uma melhora significativa na geração de postos de trabalho e a taxa de desemprego na Cidade caiu para 13,7%, em abril de 2005⁷. Deve-se alertar, contudo, que não há uma pesquisa adequada para verificar a variação do desemprego no Município; portanto, esta projeção é apenas uma aproximação grosseira, que ajuda a ter uma idéia do problema.

A ACIC estima que cerca de 49.363 novos trabalhadores foram contratados, em toda a Região Metropolitana, o que sugere que a taxa de desemprego no Município tenha recuado ainda mais, ficando em, aproximadamente, 11% no mês de setembro. Segundo o economista Laerte Martins, o desemprego na RMC em 2006 ficará um pouco acima de 9%. Todavia, a taxa de crescimento no número de trabalhadores absorvidos entre janeiro e setembro de 2005 foi superior ao mesmo período de 2006: 5,81% contra 3,91%⁸. Conforme entrevista com o economista, feita pelo jornal *Correio Popular*, o setor que mais desacelerou o ritmo de contratações foi o de construção civil, o qual deixou de empregar por volta de 884 trabalhadores. Segundo ele, o problema maior é o baixo ritmo de crescimento econômico: “a economia nacional teria que crescer em velocidade acelerada para absorver a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho e os trabalhadores que estão desempregados”.

Pode-se afirmar que a expansão mais recente no número de contratações ainda é insuficiente em relação à necessidade de geração de postos de trabalho em Campinas, diante do crescimento da

⁷ OLIVEIRA, M. Desemprego recua na RMC e chega a 10,4%. *Correio Popular*, Campinas, 4.jun.2005.

⁸ LEITE, A. Contratações perdem ritmo na RMC. *Correio Popular*, Campinas, 28.nov.2006. Disponível em www.puc-campinas.edu.br/serviços/detalhe. Acesso em 12.dez.2006.

População Economicamente Ativa. Como o Município exerce grande atratividade para a população das cidades da Região que procura trabalho, permanece o grave problema da geração de empregos, em especial no núcleo melhor estruturado do mercado de trabalho.

Outro problema característico é a dimensão da informalidade, inclusive nos vínculos de emprego. Em 2000, conforme os dados do Censo Demográfico, cerca de 1/4 dos empregados em Campinas não possuíam carteira de trabalho assinada. É importante destacar que a remuneração média destes empregos era inferior à dos que possuíam carteira de trabalho assinada. Além disso, o índice de Gini, indicou um aumento na desigualdade dos rendimentos do trabalho durante a década de 1990, chegando a 0,58 em 2000. Pode-se questionar se o grau de informalidade no Município aumentou ou diminuiu nos últimos anos. Contudo, as informações disponíveis não permitem uma resposta adequada a essa questão.

Analisando apenas o conjunto de empregos com registro em carteira, constatou-se um crescimento absoluto da ordem de 23% na primeira metade da década atual. Nesse período, houve um maior aumento no número de mulheres do que de homens, um pequeno aumento da idade média dos trabalhadores, além de uma redução na porcentagem de jovens que conseguem um emprego registrado, assim como uma elevação do nível de escolaridade, acompanhando as tendências observadas nos grandes centros do País.

Percebe-se que os estabelecimentos menores vêm ganhando uma importância cada vez maior no total do emprego formal, visto que a geração de postos de trabalho por esse tipo de estabelecimento tem se tornado cada vez mais crucial para absorver parcela da População Economicamente Ativa no Município, ao passo que as grandes empresas diminuíram sensivelmente sua capacidade de abrir novas vagas. De qualquer modo, os ramos de atividade que têm sido responsáveis pela maior parte da geração de postos de trabalho são o comércio varejista e os serviços de alojamento, alimentação e reparação.

Em relação à remuneração média, notou-se uma redução significativa entre 2000 e 2005. Sem dúvida, isto está associado com o importante crescimento na participação de empregados com baixa remuneração (até 2 salários mínimos). Permanece a elevada desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho, tanto entre os ramos de atividade como entre estabelecimentos de tamanhos diferentes, assim como no que diz respeito às características pessoais (gênero e instrução, em especial).

Os resultados da análise do índice de Gini mostram que a desigualdade dos rendimentos na Região Metropolitana de Campinas e de seu município-sede é grande, mas encontra-se em níveis inferiores ao do Estado de São Paulo e do Brasil.

Espera-se que o estudo do núcleo melhor estruturado do mercado de trabalho em Campinas tenha permitido um conhecimento mais aprofundado das tendências em curso. Porém, os impactos

resultantes do processo de reestruturação produtiva, das políticas macroeconômicas, das ações do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, das políticas municipais, na década atual, aparecem sobrepostos na análise empírica, dificultando conclusões mais precisas sobre os principais determinantes das mudanças verificadas.

Concluindo, há necessidade de implantação de um sistema eficiente de políticas geradoras de postos de trabalho regulares. Sem um planejamento governamental que permita um redirecionamento das políticas que possibilitem um desenvolvimento do setor industrial e uma maior regularização das atividades do setor terciário, será inevitável o aumento da concentração de renda, da pobreza e dos conflitos sociais causados por essa situação.

Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, M. Uma reflexão sobre os entraves da Região Metropolitana de Campinas. *Jornal da Unicamp*, Edição 343 - 13 nov. 2006. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2006/ju343pag11.html. Acesso em 14 nov. 2006.

AMITRANO, C. R. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. In: *Política Econômica em Foco n.º 7*, Boletim semestral do CECON do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, SP, Novembro 2005 / Abril 2006.

BALTAR, P. E. de A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Economia & trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: Unicamp.IE, 1998.

BALTAR, P. E. de A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M. W. & HENRIQUE, W. (org.) *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, SP: Ed. Unesp, Unicamp. IE, 2003.

BALTAR, P. E. de A.; DEDECCA, C. S. Emprego e salários nos anos 60 e 70. Campinas, SP: CESIT, I.E., s/d, mimeo.

BALTAR, P. E. de A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade de mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. E. L. (org.) *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, SP: Scritta, 1996.

BALTAR P. E. de A.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. O emprego formal nos anos recentes In: *Carta Social e do Trabalho n.º 3*. Campinas, SP, CESIT - UNICAMP, Janeiro/Abril 2006. Disponível em www.eco.unicamp.br. Acesso em 20 out. 2006.

BRANCHI, B. A., FIGUEIREDO, N. M. S. Distribuição de renda e Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil: uma análise a partir da Região Metropolitana de Campinas. *52º Congresso Internacional de Americanistas*. Sevilha, Espanha, 17-21.jul.2006.

CACCIAMALLI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e sociedade*, Campinas, n. 14, jun. 2000.

CAIADO, M. C.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: DA CUNHA, J. M. C. (org.) *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas-SP: NEPO/UNICAMP, 2006.

CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (coords.) *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CANO, W. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo 1920 a 1980*. SEP/SEADE FECAMP/UNICAMP IE, 1988.

COSTA, M. T. PIB da RMC ultrapassa os R\$51 bi. *Correio Popular*, Campinas, 3.dez.2006.

CUNHA, J. M. P. et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. C. (org.) *Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas-SP: NEPO/UNICAMP, 2006.

CUNHA, J. M. P.; JIMÉNEZ A. J. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J. M. C. (org.) *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas-SP: NEPO/UNICAMP, 2006.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS R. A gestão das regiões metropolitanas no interior paulista: Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, J. M. C. (org.) *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas-SP: NEPO/UNICAMP, 2006.

DAVANZO, A. M.Q.; FONSECA, R. B.; NEGREIROS, R. M. C. (orgs.) *Livro verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2002.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. Enfim, esperança de réquiem para a tese da “inempregalidade” In: *Carta Social e do Trabalho n.º 3*. Campinas, SP: CESIT – UNICAMP, Janeiro/Abril 2006. Disponível em www.eco.unicamp.br. Acesso em: 20 out.2006.

LEITE, A. Contratações perdem ritmo na RMC. *Correio Popular*, Campinas, 28.nov.2006. Disponível em www.puc-campinas.edu.br/serviços/detalhe. Acesso em 12.dez.2006.

MATTOSO, J. E. L. *O Brasil desempregado*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, M. Desemprego recua na RMC e chega a 10,4%. *Correio Popular*, Campinas, 4.jun.2005.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1999 e 2006. Disponível em www.ibge.gov.br/home. Acesso em 14.12.2006.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo, SP: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. Emprego, renda e pobreza. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M.Q.; NEGREIROS, R. M. C. (orgs.) *Livro verde: desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas, SP: Unicamp.IE, 2002.

POCHMANN, M. Qualidade das ocupações no Brasil. In: *Carta Social e do Trabalho n.º 3*, Tendências Recentes do Emprego. Campinas, SP: CESIT – UNICAMP, Janeiro/Abril 2006. Disponível em www.eco.unicamp.br. Acesso em: 20 out.2006.

Relatório Econômico ACIC, 2004. Disponível em: http://www.acicnet.org.br/serviços/relatorio_economico_acic_2004.pdf. Acesso em 11.dez.2006.

SEMEGHINI, U. C. A Região Administrativa de Campinas. In: CANO, W. (org.) *São Paulo no Limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista*. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992.